

Encontram-se 2 documentos, no campo dos associados, para anexar à presente informação.



MUNICÍPIO DA NAZARÉ
Câmara Municipal

INFORMAÇÃO

ASSUNTO: Proposta de redação - alteração ao Regulamento Municipal de Emergência Social - para remessa à Assembleia Municipal

INFORMAÇÃO N.º: 49/GAS/2022

NIPG: 4667/22

DATA: 2022/04/04

DELIBERAÇÃO:

Deliberado em reunião de câmara realizada em/...../.....,

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Walter Manuel Cavaleiro Chicharro, Dr.

DESPACHO:

À Reunião
05-04-2022

Walter Manuel Cavaleiro Chicharro, Dr.
Presidente da Câmara Municipal da Nazaré

CHEFE DE DIVISÃO:

À Dra. Paula Veloso
Para inserir na "ordem do dia" da próxima reunião da Câmara Municipal, conforme Despacho do Sr. Presidente.
05-04-2022

Helena Pola

Chefe da Divisão Administrativa e Financeira

VEREADOR(A)/CHEFE DE DIVISÃO:

Concordo.
Proponho a RC.
05-04-2022

Regina Piedade, Dra.
Vereadora da Câmara Municipal da Nazaré

INFORMAÇÃO

Ex.ma Senhora Vereadora com o Pelouro da Ação Social,

No âmbito das competências que incumbem ao Gabinete de Ação Social, cumpre-me emitir a seguinte informação:

No passado dia 3 de janeiro, por deliberação da Câmara Municipal, em reunião ordinária, a proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Emergência Social foi submetido a Consulta Pública, pelo prazo de 30 dias úteis, nos termos do estatuído no artigo 101.º do código do Procedimento Administrativo, prazo que decorreu de 27 de janeiro a 10 de março do presente.

Da consulta pública não resultaram quaisquer sugestões ou reclamações por parte dos interessados.

Face ao exposto, e terminados todos os procedimentos inerentes à alteração deste Regulamento Municipal, somos a apresentar as alterações realizadas, para que sejam aprovadas pela Câmara Municipal e remetidas à Assembleia Municipal para aprovação final.

À consideração superior.

04-04-2022

Mafalda Barqueiro
A TÉCNICA SUPERIOR

| REDAÇÃO EM VIGOR | PROPOSTA DE ALTERAÇÃO À REDAÇÃO |
|---|--|
| Designação do Regulamento | |
| Regulamento Municipal de Emergência Social em Situações Pandémicas e de Calamidade Pública do Concelho da Nazaré | Regulamento Municipal de Emergência Social em Situações Pandémicas, Endémicas, de Calamidade Pública ou outras situações que se configurem de Emergência |
| Nota Justificativa | |
| O Município da Nazareno âmbito da situação pandémica que o país e o mundo atravessam desde Março de 2020, tem vindo a implementar medidas de prevenção com vista à redução do risco de contágio e a implementar programas e projetos, de apoio à comunidade, de mitigação dos efeitos causados pela pandemia, nomeadamente, os seus impactos socioeconómicos que se traduzem no aumento da taxa de desemprego e da precariedade laboral, no decréscimo da produtividade e da atividade económica e, conseqüentemente, na diminuição de rendimentos nas famílias e no agravamento das condições financeiras e sociais. É um facto que, cada vez mais, os organismos públicos e privados têm de estar preparados para dar uma resposta concreta e efetiva, em situações idênticas ou similares à que temos vindo a atravessar. São contextos que trazem grandes desafios, e que evidenciam as fragilidades socioeconómicas de um país, de uma comunidade. A Organização Mundial de Saúde, tem vindo a alertar que situações destas, serão cada vez mais frequentes, pelo que, importa que, localmente, se adote um conjunto de medidas que, de alguma forma, nos permitam dar resposta em tempo útil à nossa população, pois, importa acautelar, os novos contextos socioeconómicos, não obstante as respostas prestadas por um Governo ou por uma Autarquia e pelos parceiros sociais e demais entidades públicas e privadas, tornando-se imperativa a necessidade do reforço das respostas a nível social. Neste sentido, o presente regulamento tem o intuito de minimizar os impactos socioeconómicos desta, e de futuras pandemias ou situações de calamidade pública, nomeadamente através da | O Município da Nazaré aprovou, em reunião de Câmara do passado dia 15 de outubro, a alteração ao Regulamento Municipal de Emergência Social em situações pandémicas e de calamidade pública, por se terem verificado, e na sua aplicabilidade, algumas lacunas que, caso não sejam preenchidas, poderão dificultar o acesso aos apoios nele consagrados. Pese embora, este Regulamento Municipal tenha sido concebido como mecanismo de apoio face à situação pandémica COVID-19, é expectável que esta situação, a médio longo prazo deixe de ser uma realidade, no entanto, outras há que poderão surgir, e o tempo e as necessidades dos municípios não se compadecem com o tramitar processual inerente à conceção ou alteração de Regulamentos que permitam o efetivo apoio à população e entidades. Neste sentido, as alterações introduzidas ao regulamento permitirão de forma mais efetiva, manter a premissa de minimizar os impactos socioeconómicos desta, e de futuras situações pandémicas, endémicas, de calamidade pública, ou outras situações que se configurem de emergência, nomeadamente através da atribuição de subsídios para apoio às famílias afetadas pela drástica redução de rendimentos advinda das referidas situações, para pagamentos de bens e serviços essenciais, nomeadamente alimentação, habitação, água e energia, despesas de saúde e educação, de equipamentos sociais, cuja atribuição deve obedecer a um conjunto de regras uniformes que garanta os princípios gerais de direito; apoio às famílias, no que concerne à atividade física e do desporto às crianças e jovens, por motivos de preservação da saúde física e mental; apoio às |

INFORMAÇÃO

atribuição de subsídios para apoio às famílias afetadas pela drástica redução de rendimentos advinda das referidas situações, para pagamentos de bens e serviços essenciais, nomeadamente alimentação, habitação, água e energia, despesas de saúde e educação, de equipamentos sociais, cuja atribuição deve obedecer a um conjunto de regras uniformes que garanta os princípios gerais de direito; apoio às famílias, no que concerne à atividade física e do desporto às crianças e jovens, por motivos de preservação da saúde física e mental; apoio às instituições sem fins lucrativos, que são gravemente afetadas por estes contextos desfavoráveis, e que, não obstante as dificuldades, têm de manter as suas respostas à população. Para mais, considera-se, igualmente, importante o apoio às Associações Desportivas e Culturais, pois estas são o garante da dinâmica social de uma comunidade, promotoras da cidadania, de estilos de vida saudáveis, de bem-estar e saúde social. Os custos associados à implementação destas medidas são, até ao presente momento, difíceis de avaliar e prever, atendendo às graves repercussões, presentes e futuras, e às especificidades dos contextos acima referidos, acresce ainda, o facto da inexistência de experiência anterior que permitisse ser usada como exemplo. O custo é controlado à partida, pela verba inscrita no orçamento municipal que, poderá vir a ser revista em caso de necessidade, face à pertinência de desenvolver localmente medidas de mitigação dos efeitos causados por estes contextos no Município da Nazaré. O apoio financeiro resultante da aplicação do presente Regulamento depende da análise socioeconómica da situação concreta, a qual fundamentará a decisão da Câmara Municipal da Nazaré. Numa lógica de custo/benefício indissociável da entrada em vigor do presente Regulamento, e considerando que a sua natureza tem um claro intuito social, importa aqui destacar que a latitude das medidas nele consagradas têm como objetivo central a devida clarificação e operacionalização do conjunto de conceitos e ou soluções procedimentais, legalmente consagradas, clarificação essa que irá, seguramente, beneficiar a simplificação da aprovação e execução dos procedimentos administrativos em causa. Sendo inquestionável, para o efeito, que os custos centrados nesses procedimentos estão, manifestamente, associados ao apoio financeiro que será concedido pelo Município. Decorreu a prévia constituição de interessados de acordo com o estatuído no n.º 1 do artigo 98.º do CPA, entre 6 e 20 de novembro de 2020, não tendo existido qualquer registo, bem como a Consulta Pública, de acordo com o n.º1 do artigo 101.º do CPA, que decorreu entre 3 de fevereiro e 16 de março do presente, sendo os contributos analisados e enquadrados no presente Regulamento. Assim, a Assembleia Municipal de Nazaré, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, do artigo 135.o e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, do n.º 1 e das alíneas c) k) e n) do n.º 2 do artigo 23o, da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.o do Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea k) e das alíneas ee), qq) e rr) do n.º 1 do artigo 33.o do Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro aprova em sessão ordinária realizada em 09 de abril de 2021, o Regulamento Municipal de Emergência Social em Situações Pandémicas e de Calamidade Pública, que segue infra.

instituições sem fins lucrativos, que são gravemente afetadas por estes contextos desfavoráveis, e que, não obstante as dificuldades, têm de manter as suas respostas à população. Para mais, considera-se, igualmente, importante manter o apoio às Associações Desportivas e Culturais, pois estas são o garante da dinâmica social de uma comunidade, promotoras da cidadania, de estilos de vida saudáveis, de bem-estar e saúde social. Os custos associados à implementação destas medidas são, até ao presente momento, difíceis de avaliar e prever, atendendo às graves repercussões, presentes e futuras, e às especificidades dos contextos acima referidos, acresce ainda, o facto da inexistência de experiência anterior que permitisse ser usada como exemplo. O custo é controlado à partida, pela verba inscrita no orçamento municipal que, poderá vir a ser revista em caso de necessidade, face à pertinência de desenvolver localmente medidas de mitigação dos efeitos causados por estes contextos no Município da Nazaré. O apoio financeiro resultante da aplicação do presente Regulamento depende da análise socioeconómica da situação concreta, a qual fundamentará a decisão da Câmara Municipal, do/a Presidente da Câmara Municipal com poderes delegados, ou do/a Vereador/a com sub-poderes delegados. Numa lógica de custo/benefício indissociável da entrada em vigor do presente Regulamento, e considerando que a sua natureza tem um claro intuito social, importa aqui destacar que a latitude das medidas nele consagradas têm como objetivo central a devida clarificação e operacionalização do conjunto de conceitos e ou soluções procedimentais, legalmente consagradas, clarificação essa que irá, seguramente, beneficiar a simplificação da aprovação e execução dos procedimentos administrativos em causa. Sendo inquestionável, para o efeito, que os custos centrados nesses procedimentos estão, manifestamente, associados ao apoio financeiro que será concedido pelo Município. Decorreu a prévia constituição de interessados de acordo com o estatuído no n.º1 do artigo 98.º do CPA, entre 18 e 29 de outubro, não tendo existido qualquer registo, bem como a Consulta Pública, de acordo com o n.º1 do artigo 101.º do CPA, que decorreu de 27 de janeiro a 10 de março do presente, período no qual não foram verificados quaisquer contributos. (...)

Artigo 2º**Objeto e âmbito de aplicação**

1. As presentes normas visam definir a constituição e o enquadramento normativo do Regulamento Municipal de Emergência Social em Situações Pandémicas e de Calamidade Pública no que concerne:

a) Ao apoio económico a agregados familiares em situação de comprovada carência económica, em virtude das consequências associadas aos supramencionados contextos, traduzindo-se num apoio financeiro de carácter excecional e temporário, para fazer face ao pagamento de bens e serviços essenciais, nomeadamente alimentação, habitação, água, energia, despesas de saúde e educação, de equipamentos sociais;

b) Ao apoio na prática da atividade física e do desporto das crianças e jovens, cujos agregados familiares se encontrem em situação de comprovada vulnerabilidade socioeconómica, numa perspetiva de preservação da saúde física

1. As presentes normas visam definir a constituição e o enquadramento normativo do Regulamento Municipal de Emergência Social em Situações Pandémicas, Endémicas, de Calamidade Pública e outras situações que se configurem de emergência no que concerne:

a) Ao apoio económico a agregados familiares em situação de comprovada carência económica, em virtude das consequências associadas aos supramencionados contextos, traduzindo-se num apoio financeiro de carácter excecional e temporário, para fazer face ao pagamento de bens e serviços essenciais, nomeadamente alimentação, habitação, água, energia, despesas de saúde e educação e de equipamentos sociais;

b) Ao apoio na prática da atividade física e do desporto das crianças e jovens,

INFORMAÇÃO

| | |
|---|--|
| <p>mental;</p> <p>c) Ao apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e outras entidades sem fins lucrativos que realizem atividades eminentemente sociais e que atuem no Concelho da Nazaré e que, por causa dos contextos acima referidos, tenham sofrido um acréscimo de procura ou a diminuição da sua capacidade de resposta;</p> <p>d) Ao apoio aos Clubes, Coletividades e Associações Desportivas sem fins lucrativos do Concelho da Nazaré, que devido aos referidos contextos, se vejam confrontados com quebras de receita, por terem sido impedidos de realizar a sua atividade regular;</p> <p>e) Ao apoio às Coletividades e Associações Recreativas e Culturais sem fins lucrativos, do Concelho da Nazaré, que devido aos referidos contextos, por terem sido impedidas de realizar a sua atividade regular, tenham sofrido alterações ao seu orçamento anual;</p> <p>2.É condição, no âmbito do presente apoio, que os beneficiários não tenham quaisquer dívidas para com a Câmara Municipal da Nazaré, Serviços Municipalizados da Nazaré, Empresa Municipal "Nazaré Qualifica", Segurança Social e Autoridade Tributária, sendo a apresentação de certidão de não dívida obrigatória.</p> <p>3.As situações de comprovada vulnerabilidade socioeconómica/dificuldade de manutenção de atividade, que não tenham tido origem no âmbito das situações previstas, deverão solicitar apoio ao abrigo de outros Regulamentos Municipais em vigor, ou das medidas de apoio implementadas pelo Estado.</p> <p>4.A verba inscrita anualmente no orçamento do Município, para este fim, constitui o limite máximo anual a atribuir nestes apoios, podendo ser reforçada, em caso de necessidade.</p> <p>5.As presentes normas regem-se pelos princípios da subsidiariedade, articulação e concertação.</p> | <p>cujos agregados familiares se encontrem em situação de comprovada vulnerabilidade socioeconómica, numa perspetiva de preservação da saúde física e mental;</p> <p>c) Ao apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e equiparadas, e de proteção e socorro e outras entidades sem fins lucrativos que realizem atividades nas áreas de intervenção social de reconhecido interesse municipal, e/ou que tenham sofrido um acréscimo de procura ou a diminuição da sua capacidade de resposta;</p> <p>d) Ao apoio aos Clubes, Coletividades e Associações Desportivas sem fins lucrativos do Concelho da Nazaré, que devido aos referidos contextos, se vejam confrontados com quebras de receita, por terem sido impedidos de realizar a sua atividade regular;</p> <p>e) Ao apoio às Coletividades e Associações Recreativas e Culturais sem fins lucrativos, do Concelho da Nazaré, que devido aos referidos contextos, por terem sido impedidas de realizar a sua atividade regular, tenham sofrido alterações ao seu orçamento anual;</p> <p>2. É condição, no âmbito do presente apoio, que os beneficiários não tenham quaisquer dívidas para com a Câmara Municipal da Nazaré, Serviços Municipalizados da Nazaré, Empresa Municipal "Nazaré Qualifica", Segurança Social e Autoridade Tributária, sendo a apresentação de certidão de não dívida obrigatória.</p> <p>3. As situações de comprovada vulnerabilidade socioeconómica/dificuldade de manutenção de atividade, que não tenham tido origem no âmbito das situações previstas, deverão solicitar apoio ao abrigo de outros Regulamentos Municipais em vigor, ou das medidas de apoio implementadas pelo Estado.</p> <p>4. A verba inscrita anualmente no orçamento do Município, para este fim, constitui o limite máximo anual a atribuir nestes apoios, podendo ser reforçada, em caso de necessidade.</p> <p>5. As presentes normas regem-se pelos princípios da subsidiariedade, articulação e concertação.</p> |
| Artigo 4º Obrigações dos beneficiários | |
| <p>1.Constituem obrigações dos beneficiários dos apoios consubstanciados neste Regulamento:</p> <p>a) Informar, previamente, a Câmara Municipal da Nazaré, de qualquer alteração à situação que invoquem aquando da formalização do pedido de apoio;</p> <p>b) Não permitir a utilização do(s) apoio(s) por pessoas terceiras, nem para fim diverso daquele para o(s) qual(is) foi(rem) atribuído(s);</p> <p>c) Apresentar os comprovativos de despesa, definidos no presente documento, relativamente ao(s) apoio(s) atribuído(s), após a sua liquidação/utilização;</p> <p>d) Permitir a verificação das declarações prestadas, no caso do apoio às famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica, pela equipa do Gabinete de Ação Social, seja por entrevista para avaliação socioeconómica, visita domiciliária, entre outras que venham a verificar-se necessárias;</p> <p>e) Permitir, no âmbito dos apoios atribuídos aos Clubes, Associações e Coletividades Desportivas e Culturais, o acompanhamento do protocolo que vier a ser celebrado, pela atribuição de apoio económico, por parte de equipa do Setor da Atividade Física e do Desporto;</p> <p>f) Proceder, na sequência de notificação por parte dos serviços municipais, aos</p> | <p>1. Constituem obrigações dos beneficiários dos apoios consubstanciados neste Regulamento:</p> <p>a) Informar, previamente, a Câmara Municipal da Nazaré, de qualquer alteração à situação que invoquem aquando da formalização do pedido de apoio;</p> <p>b) Não permitir a utilização do(s) apoio(s) por pessoas terceiras, nem para fim diverso daquele para o(s) qual(is) foi(rem) atribuído(s);</p> <p>c) Apresentar os comprovativos de despesa, definidos no presente documento, relativamente ao(s) apoio(s) atribuído(s), após a sua liquidação/utilização;</p> <p>d) Permitir a verificação das declarações prestadas, no caso do apoio às famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica, pela equipa do Gabinete de Ação Social, seja por entrevista para avaliação socioeconómica, visita domiciliária, entre outras que venham a verificar-se necessárias;</p> <p>e) Permitir, no âmbito dos apoios atribuídos aos/às munícipes, às IPSS's e equiparadas, de Proteção e Socorro e outras entidades sem fins lucrativos, aos Clubes, Coletividades e Associações Desportivas, e às Coletividades e Associações Recreativas e Culturais, o acompanhamento do contrato ou protocolo que vier a ser celebrado, pela atribuição de apoio económico, por parte das equipas da Ação</p> |

INFORMAÇÃO

| | |
|--|--|
| <p>acertos a que haja lugar, no âmbito dos apoios recebidos, sempre que a verba exceda, em concreto, o valor do bem ou serviços;</p> <p>2 – O desconhecimento, ou a má interpretação das presentes normas, não poderão ser invocadas para justificar o não cumprimento das suas disposições, nem isentam os infratores das sanções que lhes sejam imputáveis.</p> | <p>Social, do Setor da Atividade Física e do Desporto e da Cultura, respetivamente;</p> <p>f) Proceder, na sequência de notificação por parte dos serviços municipais, aos acertos a que haja lugar, no âmbito dos apoios recebidos, sempre que a verba exceda, em concreto, o valor do bem ou serviços;</p> <p>2 – O desconhecimento, ou a má interpretação das presentes normas, não poderão ser invocadas para justificar o não cumprimento das suas disposições, nem isentam os infratores das sanções que lhes sejam imputáveis.</p> |
| Artigo 7º Despesas Elegíveis | |
| <p>1. São consideradas despesas elegíveis e, como tal, passíveis de apoio económico, as despesas resultantes de:</p> <p>a) Despesas associadas à normal fruição da habitação, como sejam, designadamente, as associadas a renda/prestação relativa a empréstimo bancário, aos consumos de água, eletricidade e gás;</p> <p>b) Aquisição de medicamentos, meios complementares de diagnóstico, produtos de apoio e outras despesas de saúde, desde que acompanhadas de receita médica ou de guia terapêutico no caso de medicamentos;</p> <p>c) Despesas inerentes à frequência de equipamentos nas áreas da infância, idosos e deficiência;</p> <p>d) Despesas com educação, como sejam, material escolar e informático, propinas e comunicações essenciais no âmbito educativo, nomeadamente internet.</p> <p>2. Despesas com géneros alimentares, desde que não asseguradas pelo Programa Operacional de Apoio a Pessoas mais Carenciadas (POAPMC), Cantina Social, Loja Social da Junta de Freguesia da Nazaré ou outras entidades com resposta na comunidade, nomeadamente as responsáveis por Banco Alimentar.</p> <p>3. Despesas com bens de primeira necessidade, tais como fraldas, entre outros (crianças, idosos e deficientes).</p> <p>4. A prestação do apoio económico não é cumulativa, podendo dizer respeito apenas a uma das despesas referidas no número anterior.</p> | <p>1. São consideradas despesas elegíveis e, como tal, passíveis de apoio económico, as despesas resultantes de:</p> <p>a) Despesas associadas à normal fruição da habitação, como sejam, designadamente, as associadas a renda/prestação relativa a empréstimo bancário, aos consumos de água, eletricidade e gás;</p> <p>b) Aquisição de medicamentos, meios complementares de diagnóstico, produtos de apoio e outras despesas de saúde, desde que acompanhadas de receita médica ou de guia terapêutico no caso de medicamentos;</p> <p>c) Despesas inerentes à frequência de equipamentos nas áreas da infância, idosos e deficiência;</p> <p>d) Despesas com educação, como sejam, material escolar e informático, propinas e comunicações essenciais no âmbito educativo, nomeadamente internet.</p> <p>2. Despesas com géneros alimentares, desde que não asseguradas pelo Programa Operacional de Apoio a Pessoas mais Carenciadas (POAPMC), Cantina Social, Loja Social da Junta de Freguesia da Nazaré ou outras entidades com resposta na comunidade, nomeadamente as responsáveis por Banco Alimentar.</p> <p>3. Despesas com bens de primeira necessidade, tais como fraldas, entre outros (crianças, idosos e deficientes).</p> |
| Artigo 8º Apresentação e Instrução dos processos de candidatura | |
| <p>1. Os processos de candidatura deverão, obrigatoriamente, ser entregues no Gabinete de Ação Social, doravante designado por GAS, mediante o preenchimento de impresso próprio (Anexo I), disponibilizado no serviço supramencionado, ou no site do Município, www.cm-nazare.pt/formularios, devidamente preenchido e assinado pelos candidatos, sendo obrigatoriamente instruídos, sempre que aplicável, com os seguintes documentos:</p> <p>a) Apresentação do documento de identificação civil: cartão de cidadão ou bilhete de identidade;</p> <p>b) Cópia do número de identificação fiscal, sempre que aplicável;</p> <p>c) Documento comprovativo de residência;</p> <p>d) Documento comprovativo de título de residência válido;</p> <p>e) Documento comprovativo da composição do agregado familiar;</p> <p>f) Documento comprovativo da alteração socioeconómica decorrente das</p> | <p>1. Os processos de candidatura deverão, obrigatoriamente, ser entregues no Gabinete de Ação Social, doravante designado por GAS, mediante o preenchimento de impresso próprio (Anexo I), disponibilizado no serviço supramencionado, ou no site do Município, www.cm-nazare.pt/formularios, devidamente preenchido e assinado pelos candidatos, sendo obrigatoriamente instruídos, sempre que aplicável, com os seguintes documentos:</p> <p>a) Apresentação do documento de identificação civil: cartão de cidadão ou bilhete de identidade;</p> <p>b) Cópia do número de identificação fiscal;</p> <p>c) Cópia do comprovativo a atestar a situação constante no n.º 2 do artigo 9.º;</p> <p>d) Documento comprovativo de título de residência válido;</p> <p>e) Documento comprovativo da composição do agregado familiar emitido pela Junta de Freguesia da área de residência;</p> <p>f) Documento comprovativo da alteração socioeconómica decorrente das</p> |

INFORMAÇÃO

| | |
|---|--|
| <p>situações prevista neste Regulamento;</p> <p>g) Documento comprovativo dos rendimentos ou subsídios auferidos, a qualquer título, referente aos últimos três meses;</p> <p>h) Documento comprovativo de inscrição no Serviço de Emprego/IEFP da área de residência, em caso de situação de desemprego;</p> <p>i) Documento comprovativo dos encargos mensais, nomeadamente renda da casa ou prestação relativa ao empréstimo bancário (nele se inclui seguro de vida, multirrisco e condomínio), água, gás, eletricidade, medicamentos e frequência de equipamento para apoio na área da infância, idosos e deficiência, propinas, referente aos últimos três meses;</p> <p>j) Documento comprovativo de eventuais apoios concedidos por outras entidades para o mesmo fim a que se reporta a candidatura e respetivos valores, caso o apoio seja concedido sob a forma de prestação pecuniária, sempre que se justifique;</p> <p>k) Declaração de consentimento informado, relativa ao tratamento de dados pessoais;</p> <p>l) Documento com indicação do IBAN, caso se justifique;</p> <p>2. Sempre que se mostre impossível apresentar o comprovativo referido na alínea g) e j), do número anterior, deve ser apresentada declaração sob compromisso de honra.</p> <p>3. Em caso de dúvida sobre a veracidade das declarações apresentadas de rendimentos e despesas, poderão ser desenvolvidas diligências complementares que se considerem adequadas ao apuramento da situação socioeconómica do agregado familiar.</p> <p>4. O Município reserva-se o direito de solicitar ao candidato a prestação de esclarecimentos ou a apresentação de documentos complementares que entendam necessários, ou se mostrem facilitadores de uma mais adequada e objetiva análise da candidatura.</p> | <p>situações prevista neste Regulamento;</p> <p>g) Documento comprovativo dos rendimentos ou subsídios auferidos, a qualquer título, referente aos últimos três meses;</p> <p>h) Documento comprovativo de inscrição no Serviço de Emprego/IEFP da área de residência, em caso de situação de desemprego;</p> <p>i) Documento comprovativo dos encargos mensais, nomeadamente renda da casa ou prestação relativa ao empréstimo bancário (nele se inclui seguro de vida, multirrisco e condomínio), água, gás, eletricidade, medicamentos e frequência de equipamento para apoio na área da infância, idosos e deficiência, propinas, referente aos últimos três meses;</p> <p>j) Documento comprovativo de eventuais apoios concedidos por outras entidades para o mesmo fim a que se reporta a candidatura e respetivos valores, caso o apoio seja concedido sob a forma de prestação pecuniária;</p> <p>k) Documento com indicação do IBAN;</p> <p>2. Sempre que se mostre impossível apresentar o comprovativo referido na alínea g) e j), do número anterior, deve ser apresentada declaração sob compromisso de honra.</p> <p>3. Em caso de dúvida sobre a veracidade das declarações apresentadas de rendimentos e despesas, poderão ser desenvolvidas diligências complementares que se considerem adequadas ao apuramento da situação socioeconómica do agregado familiar.</p> <p>4. O Município reserva-se o direito de solicitar ao candidato a prestação de esclarecimentos ou a apresentação de documentos complementares que entendam necessários, ou se mostrem facilitadores de uma mais adequada e objetiva análise da candidatura.</p> <p>5. Nos casos em que não seja possível a apresentação de algum dos documentos obrigatórios, e esse facto possa implicar a não atribuição de apoio, a decisão de aceitar a candidatura ficará sujeita a despacho do/a Presidente da Câmara ou Vereador/a com poderes delegados, que baseará a sua decisão em informação dos serviços competentes com a devida fundamentação.</p> |
| Artigo 9º Avaliação da situação socioeconómica | |
| <p>A avaliação da situação socioeconómica da pessoa requerente é baseada no rendimento líquido per capita do agregado familiar, com a aplicação da seguinte fórmula:</p> $RLPC = \frac{RAF - DFM}{N}$ <p>Em que: RLPC – Rendimento líquido per capita; RAF – Rendimento do agregado familiar; DFM – Despesas fixas mensais: (água; luz; gás; renda da casa ou prestação relativa a empréstimo bancário até ao limite máximo de €500.00; despesas de saúde até ao limite de 100€; frequência de equipamentos sociais até ao limite máximo de €200.00; N – Número de elementos do agregado familiar</p> | <p>1. A avaliação da situação socioeconómica da pessoa requerente é baseada no rendimento líquido per capita do agregado familiar, com a aplicação da seguinte fórmula:</p> $RLPC = \frac{RAF - DFM}{N}$ <p>Em que: RLPC – Rendimento líquido per capita; RAF – Rendimento do agregado familiar; DFM – Despesas fixas mensais: (água; eletricidade; gás; renda da casa ou prestação relativa a empréstimo bancário até ao limite máximo de €500.00; despesas de saúde até ao limite de €150; frequência de equipamentos sociais até ao limite máximo de €200) N – Número de elementos do agregado familiar.</p> <p>2. Para além da condição expressa no número anterior, sempre que se verifique ser o caso, serão aplicadas as seguintes deduções específicas:</p> <p>a) 10% do valor do Indexante dos Apoios Sociais, adiante designado IAS, por cada elemento do agregado familiar com deficiência;</p> <p>b) 10% do valor do IAS por cada elemento do agregado familiar com idade igual ou superior a 65 anos;</p> <p>c) 20% do IAS em caso de família monoparental;</p> <p>d) 20% do IAS a vítima de violência doméstica, devidamente reconhecido pelo estatuto de vítima;</p> |

INFORMAÇÃO

| | e) 15% do IAS em caso de família numerosa. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|---|----------------------------------|-------------------------------|-------------|--|-------------|--|-------------|---|-------------|--|---------------------|--|---------------------------------|----------------------------------|-------------------------------|-------------|--|-------------|--|-------------|---|-------------|--|---------------------|
| Artigo 10º | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Análise e Processo de atribuição | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <p>1. As candidaturas aos apoios económicos, no âmbito do presente Regulamento, são apreciadas pela equipa técnica do GAS do Município da Nazaré.</p> <p>2. É da competência da Câmara Municipal, o deferimento ou indeferimento da candidatura, com base na informação social prestada pela equipa técnica do GAS a quem competiu a respetiva apreciação e parecer emitido.</p> <p>3. Todos os/as requerentes são notificados/as, por escrito, da deliberação final.</p> | <p>1. As candidaturas aos apoios económicos, no âmbito do presente Regulamento, são apreciadas pela equipa técnica do GAS do Município da Nazaré.</p> <p>2. Compete à Câmara Municipal da Nazaré ou ao/à Presidente da Câmara Municipal da Nazaré ou ao/à Vereador/a com competência subdelegada, mediante deliberação ou despacho, o deferimento ou indeferimento das candidaturas, com base na informação social prestada pela equipa técnica do GAS a quem competiu a respetiva apreciação e parecer.</p> <p>3. Todos os/as requerentes são notificados/as, preferencialmente por escrito, da deliberação final, e com a indicação de data para celebração do Contrato de Acompanhamento Social.</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Artigo 11º | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Apoio económico | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <p>1. O limite máximo do apoio económico é atribuído em função dos escalões de posicionamento RMMG (Retribuição Mínima Mensal Garantida), definida a cada ano civil, face ao rendimento líquido per capita, de acordo com a seguinte tabela:</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th>Escalões de Posicionamento RMMG</th> <th>Limite Máximo de Apoio Económico</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Escalão 1 - Captação negativa</td> <td>70% do IAS*</td> </tr> <tr> <td>Escalão 2 - Entre 0,00€ a 15,748€ (até 100€)</td> <td>80% do IAS*</td> </tr> <tr> <td>Escalão 3 - Entre 15,749€ a 30,496€ (de 100,83€ a 225,60€)</td> <td>80% do IAS*</td> </tr> <tr> <td>Escalão 4 - Entre 30,497€ a 50,00€ (de 225,61€ a 317,50€)</td> <td>80% do IAS*</td> </tr> <tr> <td></td> <td>sem apoio económico</td> </tr> </tbody> </table> <p><small>*Valor do IAS definido a cada ano civil.</small></p> <p>2. O apoio económico é atribuído de acordo com o definido no presente regulamento, é intransmissível e pode ser utilizado de uma só vez ou preferencialmente faseado, até ao limite máximo elegível.</p> | Escalões de Posicionamento RMMG | Limite Máximo de Apoio Económico | Escalão 1 - Captação negativa | 70% do IAS* | Escalão 2 - Entre 0,00€ a 15,748€ (até 100€) | 80% do IAS* | Escalão 3 - Entre 15,749€ a 30,496€ (de 100,83€ a 225,60€) | 80% do IAS* | Escalão 4 - Entre 30,497€ a 50,00€ (de 225,61€ a 317,50€) | 80% do IAS* | | sem apoio económico | <p>1. O limite máximo do apoio económico é atribuído em função dos escalões de posicionamento RMMG (Retribuição Mínima Mensal Garantida), definida a cada ano civil, face ao rendimento líquido per capita, de acordo com a seguinte tabela:</p> <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th>Escalões de Posicionamento RMMG</th> <th>Limite Máximo de Apoio Económico</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Escalão 1 - Captação negativa</td> <td>70% do IAS*</td> </tr> <tr> <td>Escalão 2 - Entre 0,00€ a 15,748€ (até 100€)</td> <td>80% do IAS*</td> </tr> <tr> <td>Escalão 3 - Entre 15,749€ a 30,496€ (de 100,83€ a 225,60€)</td> <td>80% do IAS*</td> </tr> <tr> <td>Escalão 4 - Entre 30,497€ a 50,00€ (de 225,61€ a 317,50€)</td> <td>80% do IAS*</td> </tr> <tr> <td></td> <td>sem apoio económico</td> </tr> </tbody> </table> <p><small>*Valor do IAS definido a cada ano civil.</small></p> <p>2. O apoio económico é atribuído de acordo com o definido no presente regulamento, é intransmissível e pode ser utilizado de uma só vez ou preferencialmente faseado, até ao limite máximo elegível, situação que ficará expressa no Contrato de Acompanhamento Social.</p> | Escalões de Posicionamento RMMG | Limite Máximo de Apoio Económico | Escalão 1 - Captação negativa | 70% do IAS* | Escalão 2 - Entre 0,00€ a 15,748€ (até 100€) | 80% do IAS* | Escalão 3 - Entre 15,749€ a 30,496€ (de 100,83€ a 225,60€) | 80% do IAS* | Escalão 4 - Entre 30,497€ a 50,00€ (de 225,61€ a 317,50€) | 80% do IAS* | | sem apoio económico |
| Escalões de Posicionamento RMMG | Limite Máximo de Apoio Económico | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Escalão 1 - Captação negativa | 70% do IAS* | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Escalão 2 - Entre 0,00€ a 15,748€ (até 100€) | 80% do IAS* | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Escalão 3 - Entre 15,749€ a 30,496€ (de 100,83€ a 225,60€) | 80% do IAS* | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Escalão 4 - Entre 30,497€ a 50,00€ (de 225,61€ a 317,50€) | 80% do IAS* | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | sem apoio económico | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Escalões de Posicionamento RMMG | Limite Máximo de Apoio Económico | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Escalão 1 - Captação negativa | 70% do IAS* | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Escalão 2 - Entre 0,00€ a 15,748€ (até 100€) | 80% do IAS* | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Escalão 3 - Entre 15,749€ a 30,496€ (de 100,83€ a 225,60€) | 80% do IAS* | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Escalão 4 - Entre 30,497€ a 50,00€ (de 225,61€ a 317,50€) | 80% do IAS* | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | sem apoio económico | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Artigo 13º | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Aplicação e benefícios | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <p>1. O presente capítulo aplica-se aos/às munícipes do concelho da Nazaré, com idade igual ou inferior a 18 anos, cujo agregado familiar tenha um rendimento <i>per capita</i> inferior ao valor mínimo mensal das pensões do regime geral da Segurança Social (velhice, invalidez e sobrevivência), definidos a cada ano civil.</p> <p>2. Para além da condição expressa no número anterior, sempre que se verifique ser o caso, serão aplicadas as seguintes deduções específicas:</p> <p>a) 10% do valor do Indexante dos Apoios Sociais, adiante designado IAS, por cada elemento do agregado familiar com deficiência;</p> <p>b) 10% do valor do IAS por cada elemento do agregado familiar com idade igual ou superior a 65 anos;</p> <p>c) 20% do IAS em caso de família monoparental;</p> <p>d) 20% do IAS a vítima de violência doméstica, devidamente reconhecido pelo estatuto de vítima;</p> <p>e) 15% do IAS em caso de família numerosa.</p> | <p>O presente capítulo aplica-se aos/às munícipes do concelho da Nazaré, com idade igual ou inferior a 18 anos, cujo agregado familiar tenha um rendimento <i>per capita</i> inferior a 50% do IAS, definido a cada ano civil, realizando-se a avaliação socioeconómica de acordo com o disposto nos n.º1 e 2 do artigo 9.º do presente Regulamento.</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Artigo 15º | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Apresentação e Instrução de Candidatura | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| <p>1. Os processos de candidatura deverão, obrigatoriamente, ser entregues no GAS, mediante o preenchimento de impresso próprio (Anexo II), disponibilizado no serviço supramencionado, ou no site do Município, www.cm-nazare.pt/formularios, devidamente preenchido e assinado pelos candidatos/as, sendo obrigatoriamente instruídos, sempre que aplicável, com os seguintes documentos:</p> <p>a) Apresentação do documento de identificação civil: cartão de cidadão ou bilhete de identidade;</p> | <p>1. Os processos de candidatura deverão, obrigatoriamente, ser entregues no GAS, mediante o preenchimento de impresso próprio (Anexo II), disponibilizado no serviço supramencionado, ou no site do Município, www.cm-nazare.pt/formularios, devidamente preenchido e assinado pelos candidatos/as, sendo obrigatoriamente instruídos, sempre que aplicável, com os seguintes documentos:</p> <p>a) Apresentação do documento de identificação civil: cartão de cidadão ou bilhete de identidade;</p> | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |

INFORMAÇÃO

| | |
|---|--|
| <p>b) Cópia do número de identificação fiscal, quando aplicável;</p> <p>c) Declaração comprovativa do escalão de Abono de Família;</p> <p>d) Cópia do comprovativo a atestar a situação constante no n.º 2 do artigo 13.º, quando aplicável;</p> <p>e) Documentos comprovativos da alteração dos rendimentos do agregado familiar, nos últimos 3 meses;</p> <p>f) Comprovativo dos apoios de Segurança Social: Rendimento Social de Inserção, Pensão de Invalidez, Pensão de Sobrevivência, entre outros, sempre que aplicável;</p> <p>g) Comprovativo do agregado familiar mediante apresentação de documento emitido pela Junta de Freguesia da área de residência;</p> <p>h) Declaração emitida pela entidade (associação, clube, autarquia, entre outras) que prestará o serviço físico/desportivo, a comprovar a intenção da pessoa candidata em frequentar a(s) atividade(s) que servem de base ao apoio pretendido no âmbito deste capítulo;</p> <p>i) Outros documentos que, sendo solicitados, comprovem a necessidade de atribuição do presente apoio.</p> <p>2. Em caso de dúvida sobre a veracidade das declarações apresentadas de rendimentos e despesas, poderão ser desenvolvidas diligências complementares que se considerem adequadas ao apuramento da situação socioeconómica do agregado familiar.</p> <p>3. O Município reserva-se o direito de solicitar à pessoa requerente a prestação de esclarecimentos ou a apresentação de documentos complementares que entendam necessários, ou se mostrem facilitadores de uma mais adequada e objetiva análise da candidatura.</p> | <p>b) Cópia do número de identificação fiscal;</p> <p>c) Cópia do comprovativo a atestar a situação constante no n.º 2 do artigo 9.º;</p> <p>d) Documento comprovativo de título de residência válido;</p> <p>e) Documento comprovativo da composição do agregado familiar emitido pela Junta de Freguesia da área de residência;</p> <p>f) Documento comprovativo da alteração socioeconómica decorrente das situações prevista neste Regulamento;</p> <p>g) Documento comprovativo dos rendimentos ou subsídios auferidos, a qualquer título, referente aos últimos três meses;</p> <p>h) Documento comprovativo de inscrição no Serviço de Emprego/IEFP da área de residência, em caso de situação de desemprego;</p> <p>i) Documento comprovativo dos encargos mensais, nomeadamente renda da casa ou prestação relativa ao empréstimo bancário (nele se inclui seguro de vida, multirrisco e condomínio), água, gás, eletricidade, medicamentos e frequência de equipamento para apoio na área da infância, idosos e deficiência, propinas, referente aos últimos três meses;</p> <p>j) Documento comprovativo de eventuais apoios concedidos por outras entidades para o mesmo fim a que se reporta a candidatura e respetivos valores, caso o apoio seja concedido sob a forma de prestação pecuniária;</p> <p>k) Documento com indicação do IBAN;</p> <p>l) Sempre que se mostre impossível apresentar o comprovativo referido na alínea g) e j), do número anterior, deve ser apresentada declaração sob compromisso de honra.</p> <p>2.. Em caso de dúvida sobre a veracidade das declarações apresentadas de rendimentos e despesas, poderão ser desenvolvidas diligências complementares que se considerem adequadas ao apuramento da situação socioeconómica do agregado familiar.</p> <p>3. O Município reserva-se o direito de solicitar ao candidato a prestação de esclarecimentos ou a apresentação de documentos complementares que entendam necessários, ou se mostrem facilitadores de uma mais adequada e objetiva análise da candidatura.</p> <p>4. Nos casos em que não seja possível a apresentação de algum dos documentos obrigatórios, e esse facto possa implicar a não atribuição de apoio, a decisão de aceitar a candidatura ficará sujeita a despacho do/a Presidente da Câmara ou Vereador/a com poderes delegados, que baseará a sua decisão em informação dos serviços competentes com a devida fundamentação.</p> |
|---|--|

Artigo 16º**Tipologia, Modalidade e Participação dos Apoios**

1. Os apoios a atribuir no âmbito do presente capítulo obedecerão à seguinte tipologia, modalidade e participação:

Atividades Físicas (Natação para crianças/jovens e FitandWell)

| Atividade | Escalão 1 | Escalão 2 |
|-------------------------|-----------|-----------|
| Inscrição | 50% | 20% |
| 1ª Via do Seguro | 50% | 20% |
| 2ª Via do Seguro | 50% | 20% |
| Seguro | 50% | 20% |
| Mensalidade | 50% | 20% |
| Seguro desportivo | 50% | 20% |
| Equipamento desportivo | 50% | 20% |
| Equipamento desportivo* | 50% | 20% |

*De acordo com o tabela de taxas do Município de Nazaré, em vigor.
** Até ao limite máximo de 100€ por pessoa.

Desporto Federado (Andebol, Andebol de Praia, Atletismo,

1. Os apoios a atribuir no âmbito do presente capítulo, obedecerão à seguinte tipologia, modalidade e participação:

Atividades Físicas (Natação para crianças/jovens e FitandWell)



INFORMAÇÃO

Basquetebol, Bodyboard, Futebol, Futebol de Praia, Futsal, Hóquei em Patins, JiuJitsu Brasileiro, Kickboxing, Natação, Patinagem Artística, Stand UpPaddle, Surf, Taekwondo, entre outros)

| | Escalão 1 | Escalão 2 |
|--------------------------|-----------|-----------|
| Transporte | 000 | 000 |
| Material de consumo | 000 | 200 |
| Exame médico desportivo | 000 | 000 |
| Equipamento desportivo** | 000 | 200 |

*Até ao limite máximo de 100€ por pessoa.

- As candidaturas ao presente apoio poderão ser realizadas até os regimes excecionais decorrentes das situações previstas no presente Regulamento perdurarem.
- A comparticipação atribuída pelos escalões cessará no mês seguinte ao término desses regimes.

Desporto Federado (Andebol, Andebol de Praia, Atletismo, Basquetebol, Bodyboard, Futebol, Futebol de Praia, Futsal, Hóquei em Patins, JiuJitsu Brasileiro, Kickboxing, Natação, Patinagem Artística, Stand UpPaddle, Surf, Taekwondo, entre outros)

| | comparticipação |
|--------------------------|-----------------|
| Transporte | 000 |
| 1ª Via de Escalão | 000 |
| 2ª Via de Escalão | 000 |
| Material de consumo | 000 |
| Exame médico desportivo | 000 |
| Equipamento desportivo** | 000 |

*De acordo com a tabela de Taxas do Município de Nazaré, em vigor
** Até ao limite máximo de 100€ por pessoa.

- As candidaturas ao presente apoio poderão ser realizadas até os regimes excecionais decorrentes das situações previstas no presente Regulamento perdurarem.
- A comparticipação atribuída cessará no mês seguinte ao término desses regimes.

Artigo 17º
Análise das candidaturas e decisão

- O processo de candidatura será analisado pelo GAS em estreita colaboração com o Setor da Atividade Física e do Desporto, doravante SAFD, departamentos da Câmara Municipal da Nazaré;
- O processo é atribuído a um(a) Técnico(a) Superior do GAS, que elaborará um relatório social com a avaliação e o diagnóstico da situação socioeconómica do agregado familiar da pessoa requerente;
- A verificação do enquadramento das despesas referentes aos apoios previstos neste capítulo ficará a cargo de um(a) Técnico(a) Superior do SAFD, que elaborará um relatório que definirá a validação das despesas apresentadas pelo requerente;
- Apurados todos os elementos e realizada a atribuição do Escalão (pelo GAS), o GAS ou o SAFD farão uma informação que será sujeita a despacho favorável do Senhor Presidente da Câmara Municipal ou Vereador com poderes delegados;
- Mediante o despacho favorável, o GAS ou o SAFD, deverão remeter o documento para deliberação em reunião camarária que, posteriormente, em caso de aprovação, deve ser encaminhado ao gabinete da contabilidade da autarquia, no sentido de ser processado ao respetivo pagamento à pessoa requerente.

- O processo de candidatura será analisado pelo GAS em estreita colaboração com o Setor da Atividade Física e do Desporto, doravante SAFD, departamentos da Câmara Municipal da Nazaré.
- O processo é atribuído a um(a) Técnico(a) Superior do GAS, que elaborará um relatório social com a avaliação e o diagnóstico da situação socioeconómica do agregado familiar da pessoa requerente.
- A verificação do enquadramento das despesas referentes aos apoios previstos neste capítulo ficará a cargo de um(a) Técnico(a) Superior do SAFD, que elaborará um relatório que definirá a validação das despesas apresentadas pelo requerente.
- Apurados todos os elementos e realizado o cálculo do valor a participar (pelo GAS), o GAS ou o SAFD farão uma informação que será sujeita a despacho favorável do Senhor Presidente da Câmara Municipal ou Vereador com poderes delegados.

CAPÍTULO III

DAS INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL AOS CLUBES/ASSOCIAÇÕES/COLETIVIDADES DESPORTIVAS E CULTURAIS

DAS INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, PROTEÇÃO E SOCORRO AOS CLUBES/ASSOCIAÇÕES/COLETIVIDADES DESPORTIVAS E CULTURAIS

SECÇÃO I

Apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social e equiparadas

Apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social e equiparadas, de Proteção e Socorro outras entidades sem fins lucrativos

Artigo 19º
Condições para atribuição de apoio financeiro

INFORMAÇÃO

| | |
|---|--|
| <p>1. Os pedidos de apoio formulados pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social, doravante IPSS's, e outras entidades sem fins lucrativos devem atender aos seguintes critérios cumulativos:</p> <p>a) Desenvolver a sua atividade nas áreas de intervenção social de reconhecido interesse municipal;</p> <p>b) No que se refere à gestão do seu orçamento anual a instituição deverá apresentar, pelo menos, uma das seguintes situações:</p> <p>i) Verificar-se uma redução dos fundos e receitas anuais da instituição, devido às situações previstas no presente Regulamento; esta redução deverá ser consequência da diminuição do valor dos donativos, das quotizações de associados ou das participações dos utentes, sendo que, o valor desta redução deverá ser de, pelo menos, 30% face ao orçamento anterior;</p> <p>ii) Verificar-se um aumento excecional na procura dos serviços prestados pela instituição; este aumento deverá estar relacionado com o agravamento de vida dos utentes ou destinatários, sendo que este aumento deverá ser de, pelo menos, 30% face ao ano anterior.</p> <p>2. Poderá ser dispensado do cumprimento das situações anteriores, desde que o pedido se destine à realização de pequenas obras, não estruturantes, urgentes e inadiáveis em equipamento social localizado no concelho da Nazaré, designadamente decorrentes de imposição legal, desde que, cumulativamente:</p> <p>a) O valor solicitado seja inferior a 15.000€ (quinze mil euros);</p> <p>b) A entidade requerente não possuir capacidade financeira para as realizar;</p> <p>c) Esteja em causa a manutenção de resposta social, e esta fique garantida com a realização das obras;</p> <p>d) Não existam outros apoios financeiros para o efeito a que a Instituição se possa candidatar, ou quando estes existam, os prazos não sejam compatíveis com a necessidade verificada.</p> | <p>1. Os pedidos de apoio formulados pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social e equiparadas, doravante IPSS's e equiparadas, e outras entidades sem fins lucrativos, e as de proteção e socorro, devem atender a, pelo menos, dois dos seguintes critérios:</p> <p>a) Desenvolver a sua atividade nas áreas de intervenção social de reconhecido interesse municipal;</p> <p>b) Pertencer ao Conselho Local de Ação Social (CLAS) da Rede Social da Nazaré;</p> <p>c) No que se refere à gestão do seu orçamento anual a instituição deverá apresentar, uma das seguintes situações:</p> <p>i) Verificar-se uma redução dos fundos e receitas anuais da instituição, devido às situações previstas no presente Regulamento; esta redução deverá ser consequência da diminuição do valor dos donativos, das quotizações de associados ou das participações dos utentes, sendo que, o valor desta redução deverá ser de, pelo menos, 20% face ao orçamento anterior;</p> <p>ii) Verificar-se um aumento excecional na procura dos serviços prestados pela instituição; este aumento deverá estar relacionado com o agravamento de vida dos utentes ou destinatários, sendo que este aumento deverá ser de, pelo menos, 15% face ao ano anterior.</p> <p>2. Poderá ser dispensado do cumprimento das situações anteriores, desde que o pedido se destine à realização de pequenas obras, não estruturantes, urgentes e inadiáveis em equipamento social localizado no concelho da Nazaré, designadamente decorrentes de imposição legal, desde que, cumulativamente:</p> <p>a) O valor solicitado seja inferior a 15.000€ (quinze mil euros);</p> <p>b) A entidade requerente não possua capacidade financeira para as realizar;</p> <p>c) Esteja em causa a manutenção de resposta social, e esta fique garantida com a realização das obras;</p> <p>d) Não existam outros apoios financeiros para o efeito a que a Instituição se possa candidatar, ou quando estes existam, os prazos não sejam compatíveis com a necessidade verificada.</p> |
| Artigo 20.º Crítérios para a atribuição do apoio | |
| <p>Para requerer o apoio previsto no presente capítulo, as instituições deverão:</p> <p>a) Ter os seus relatórios e contas devidamente aprovados, ou na sua falta, por motivos inerentes à situação pandémica e de calamidade pública, declaração sob compromisso de honra do presidente da direção;</p> <p>b) Demonstrar que o seu modelo de gestão financeira é adequado à atividade desenvolvida e que, em situação normal, é sustentável;</p> <p>c) Não ter recebido, no mesmo ano e para o mesmo objeto e finalidade, qualquer outro apoio extraordinário de entidades públicas ou privadas;</p> <p>d) As entidades só podem candidatar-se a este apoio, enquanto vigorarem as medidas excecionais face às situações previstas no presente Regulamento.</p> | <p>Para requerer o apoio previsto no presente capítulo, as Entidades deverão:</p> <p>a) Ter os seus 2 últimos relatórios e contas devidamente aprovados, ou na sua falta, por motivos inerentes às situações previstas no presente regulamento, declaração sob compromisso de honra do presidente da direção;</p> <p>b) Demonstrar que o seu modelo de gestão financeira é adequado à atividade desenvolvida e que, em situação normal, é sustentável;</p> <p>c) Não ter recebido, no mesmo ano e para o mesmo objeto e finalidade, qualquer outro apoio extraordinário de entidades públicas ou privadas;</p> <p>d) As entidades só podem candidatar-se a este apoio, enquanto vigorarem as medidas excecionais face às situações previstas no presente Regulamento.</p> |
| Artigo 21.º Apresentação e Instrução dos processos de candidatura | |
| <p>1. Os processos de candidatura deverão, obrigatoriamente, ser entregues no GAS, mediante o preenchimento de impresso próprio (Anexo III), disponibilizado no serviço supramencionado, ou no site do Município, www.cm-nazare.pt/formularios, devidamente preenchido e assinado pelo/a representante da Entidade, sendo obrigatoriamente instruídos, sempre que</p> | <p>1. Os processos de candidatura deverão, obrigatoriamente, ser entregues no GAS, mediante o preenchimento de impresso próprio (Anexo III), disponibilizado no serviço supramencionado, ou no site do Município, www.cm-nazare.pt/formularios, devidamente preenchido e assinado pelo/a representante da Entidade, sendo obrigatoriamente instruídos, sempre que aplicável, com os</p> |

INFORMAÇÃO

| | |
|--|--|
| <p>aplicável, com os seguintes documentos:</p> <p>a) Declaração do Presidente da Assembleia Geral da entidade requerente do número efetivo de associados;</p> <p>b) Cópia do Relatório de Contas e do Relatório de Atividades referentes ao penúltimo ano anterior ao pedido de apoio, devidamente comprovados por um Técnico Oficial de Contas;</p> <p>c) Cópia do Relatório de Contas e do Relatório de Atividades referentes ao último ano anterior ao pedido de apoio, devidamente comprovados por um Técnico Oficial de Contas;</p> <p>d) Declaração de não dívida às Finanças e/ou autorização ao Município da Nazaré para consultar a situação da entidade requerente;</p> <p>e) Declaração de não dívida à Segurança Social e/ou autorização ao Município da Nazaré para consultar a situação da entidade requerente;</p> <p>f) Outros documentos que, sendo solicitados, comprovem a necessidade de atribuição do presente apoio.</p> <p>2. Em caso de dúvida sobre a veracidade das declarações apresentadas de rendimentos e despesas, poderão ser desenvolvidas diligências complementares que se considerem adequadas ao apuramento da situação.</p> <p>3. O Município reserva-se o direito de solicitar à Entidade a prestação de esclarecimentos ou a apresentação de documentos complementares que entendam necessários, ou se mostrem facilitadores de uma mais adequada e objetiva análise da candidatura.</p> | <p>seguintes documentos:</p> <p>a) Declaração do Presidente da Assembleia Geral da entidade requerente do número efetivo de associados;</p> <p>b) Cópia dos dois últimos Relatórios de Contas e do Relatório de Atividades referentes ao penúltimo e último ano anterior ao pedido de apoio, devidamente comprovados por um Técnico Oficial de Contas;</p> <p>c) Informação técnica sobre a Instituição: n.º de valências, utentes, funcionários, listas de espera, entre outras informações;</p> <p>d) Outros documentos que, sendo solicitados, comprovem a necessidade de atribuição do presente apoio.</p> <p>2. Em caso de dúvida sobre a veracidade das declarações apresentadas de rendimentos e despesas, poderão ser desenvolvidas diligências complementares que se considerem adequadas ao apuramento da situação.</p> <p>3. O Município reserva-se o direito de solicitar à Entidade a prestação de esclarecimentos ou a apresentação de documentos complementares que entendam necessários, ou se mostrem facilitadores de uma mais adequada e objetiva análise da candidatura.</p> |
| Artigo 23º Limites máximos do apoio financeiro extraordinário | |
| <p>1. O apoio financeiro tem como limite o valor de 15.000€ quando a entidade requerente não gerir equipamentos sociais e 25.000€ quando a entidade requerente for responsável pela gestão de equipamentos sociais cuja capacidade de resposta careça de intervenção urgente.</p> <p>2. Poderá ser atribuído um valor máximo de 15.000€, para realização de pequenas obras, não estruturantes, urgentes e inadiáveis em equipamento social.</p> <p>3. Não poderão receber o presente apoio se receberam, no mesmo ano e para o mesmo objeto e finalidade, outro apoio de entidades públicas ou privadas, que lhes proporcionem o desejável equilíbrio financeiro.</p> | <p>1. O apoio financeiro tem como limite o valor de 15.000€ quando a entidade requerente não gerir equipamentos sociais, e 25.000€ quando a entidade requerente for responsável pela gestão de equipamentos sociais cuja capacidade de resposta careça de intervenção urgente, por ano civil, e enquanto perdurarem as situações excecionais previstas no presente Regulamento.</p> <p>2. Poderá ser atribuído um valor máximo de 15.000€, para realização de pequenas obras, não estruturantes, urgentes e inadiáveis em equipamento social.</p> <p>3. Não poderão receber o presente apoio se receberam, no mesmo ano e para o mesmo objeto e finalidade, outro apoio de entidades públicas ou privadas, que lhes proporcionem o desejável equilíbrio financeiro.</p> |
| Artigo 25º Crítérios para a atribuição do apoio | |
| <p>Para requerer o apoio previsto no presente capítulo, as instituições deverão:</p> <p>a) Ter os seus relatórios e contas devidamente aprovados, ou na sua falta, por motivos inerentes à situação pandémica e de calamidade pública, declaração sob compromisso de honra do presidente da direção;</p> <p>b) Não ter recebido, no mesmo ano e para o mesmo objeto e finalidade, qualquer outro apoio extraordinário de entidades públicas ou privadas;</p> <p>c) As entidades só podem candidatar-se a este apoio, enquanto vigorarem as medidas excecionais, no âmbito das situações previstas no presente Regulamento.</p> | <p>Para requerer o apoio previsto no presente capítulo, as instituições deverão:</p> <p>a) Ter os seus relatórios e contas devidamente aprovados, ou na sua falta, por motivos inerentes às situações previstas no presente regulamento, declaração sob compromisso de honra do presidente da direção;</p> <p>b) Não ter recebido, no mesmo ano e para o mesmo objeto e finalidade, qualquer outro apoio extraordinário de entidades públicas ou privadas;</p> <p>c) As entidades só podem candidatar-se a este apoio, enquanto vigorarem as medidas excecionais, no âmbito das situações previstas no presente Regulamento.</p> |
| Artigo 26º | |

| Apresentação e Instrução dos processos de candidatura | |
|--|---|
| <p>1. Os processos de candidatura deverão, obrigatoriamente, ser entregues no SAFD, mediante o preenchimento de impresso próprio (Anexo IV), disponibilizado no serviço supramencionado, ou no site do Município, www.cm-nazare.pt/formularios, devidamente preenchido e assinado pelo/a responsável da Entidade, sendo obrigatoriamente instruídos, sempre que aplicável, com os seguintes documentos:</p> <p>a) Declaração do Presidente da Assembleia Geral da entidade requerente do número efetivo de associados;</p> <p>b) Cópia do Relatório de Contas e do Relatório de Atividades referentes ao penúltimo ano anterior ao pedido de apoio, devidamente comprovados por um Técnico Oficial de Contas;</p> <p>c) Cópia do Relatório de Contas e do Relatório de Atividades referentes ao último ano ao pedido de apoio, devidamente comprovados por um Técnico Oficial de Contas;</p> <p>d) Declaração do Presidente da Direção da entidade requerente do número efetivo de agentes desportivos envolvidos nas atividades - dirigentes, treinadores, atletas, entre outros;</p> <p>e) Declaração de não dívida às Finanças e/ou autorização ao Município da Nazare para consultar a situação da entidade requerente;</p> <p>f) Declaração de não dívida à Segurança Social e/ou autorização ao Município da Nazare para consultar a situação da entidade requerente;</p> <p>g) Outros documentos que, sendo solicitados, comprovem a necessidade de atribuição do presente apoio.</p> <p>2. Em caso de dúvida sobre a veracidade das declarações apresentadas de rendimentos e despesas, poderão ser desenvolvidas diligências complementares que se considerem adequadas ao apuramento da situação.</p> <p>3. O Município reserva-se o direito de solicitar à Entidade a prestação de esclarecimentos ou a apresentação de documentos complementares que entendam necessários, ou se mostrem facilitadores de uma mais adequada e objetiva análise da candidatura.</p> | <p>1. Os processos de candidatura deverão, obrigatoriamente, ser entregues no SAFD, mediante o preenchimento de impresso próprio (Anexo IV), disponibilizado no serviço supramencionado, ou no site do Município, www.cm-nazare.pt/formularios, devidamente preenchido e assinado pelo/a responsável da Entidade, sendo obrigatoriamente instruídos, sempre que aplicável, com os seguintes documentos:</p> <p>a) Declaração do Presidente da Assembleia Geral da entidade requerente do número efetivo de associados;</p> <p>b) Cópia dos dois últimos Relatórios de Contas e do Relatório de Atividades referentes ao penúltimo e último ano ao pedido de apoio, devidamente comprovados por um Técnico Oficial de Contas;</p> <p>c) Declaração do Presidente da Direção da entidade requerente do número efetivo de agentes desportivos envolvidos nas atividades - dirigentes, treinadores, atletas, entre outros;</p> <p>d) Outros documentos que, sendo solicitados, comprovem a necessidade de atribuição do presente apoio.</p> <p>2. Em caso de dúvida sobre a veracidade das declarações apresentadas de rendimentos e despesas, poderão ser desenvolvidas diligências complementares que se considerem adequadas ao apuramento da situação.</p> <p>3. O Município reserva-se o direito de solicitar à Entidade a prestação de esclarecimentos ou a apresentação de documentos complementares que entendam necessários, ou se mostrem facilitadores de uma mais adequada e objetiva análise da candidatura.</p> |
| Artigo 30º | |
| Crítérios para a atribuição do apoio | |
| <p>Para requerer o apoio previsto no presente capítulo, as Coletividades e Associações Recreativas e Culturais deverão:</p> <p>a) Ter os seus relatórios e contas devidamente aprovados ou na sua falta, por motivos inerentes à situação pandémica e de calamidade pública, declaração sob compromisso de honra do presidente da direção;</p> <p>b) Não ter recebido, no mesmo ano e para o mesmo objeto e finalidade, qualquer outro apoio extraordinário de entidades públicas ou privadas;</p> <p>c) As Coletividades e Associações Recreativas e Culturais só podem candidatar-se a este apoio, enquanto vigorarem as medidas excecionais, no âmbito das situações previstas no presente Regulamento.</p> | <p>Para requerer o apoio previsto no presente capítulo, as Coletividades e Associações Recreativas e Culturais deverão:</p> <p>a) Ter os seus relatórios e contas devidamente aprovados, ou na sua falta, por motivos inerentes às situações previstas no presente regulamento, declaração sob compromisso de honra do presidente da direção;</p> <p>b) Não ter recebido, no mesmo ano e para o mesmo objeto e finalidade, qualquer outro apoio extraordinário de entidades públicas ou privadas;</p> <p>c) As Coletividades e Associações Recreativas e Culturais só podem candidatar-se a este apoio, enquanto vigorarem as medidas excecionais, no âmbito das situações previstas no presente Regulamento.</p> |
| Artigo 31º | |
| Apresentação e Instrução dos processos de candidatura | |
| <p>1. Os processos de candidatura deverão, obrigatoriamente, ser entregues no Gabinete da Cultura, mediante o preenchimento de impresso próprio (Anexo V), disponibilizado no serviço supramencionado, ou no site do Município, www.cm-nazare.pt/formularios, devidamente preenchido e assinado pelos candidatos, sendo obrigatoriamente instruídos, sempre que aplicável, com os seguintes documentos:</p> <p>a) Declaração do Presidente da Assembleia Geral da entidade requerente do número efetivo de associados;</p> <p>b) Cópia do Relatório de Contas e do Relatório de Atividades referentes ao penúltimo ano anterior ao pedido de apoio, devidamente comprovados por um Técnico Oficial de Contas;</p> <p>c) Cópia do Relatório de Contas e do Relatório de Atividades referentes ao último ano anterior ao pedido de apoio, devidamente comprovados por um Técnico Oficial de Contas;</p> | <p>1. Os processos de candidatura deverão, obrigatoriamente, ser entregues no Gabinete da Cultura, mediante o preenchimento de impresso próprio (Anexo V), disponibilizado no serviço supramencionado, ou no site do Município, www.cm-nazare.pt/formularios, devidamente preenchido e assinado pelos candidatos, sendo obrigatoriamente instruídos, sempre que aplicável, com os seguintes documentos:</p> <p>a) Declaração do Presidente da Assembleia Geral da entidade requerente do número efetivo de associados;</p> <p>b) Cópia dos 2 últimos Relatórios de Contas e do Relatório de Atividades referentes ao penúltimo e último ano anterior ao pedido de apoio, devidamente comprovados por um Técnico Oficial de Contas;</p> <p>c) Outros documentos que, sendo solicitados, comprovem a necessidade de atribuição do presente apoio.</p> <p>2. Em caso de dúvida sobre a veracidade das declarações apresentadas de</p> |



MUNICÍPIO DA NAZARÉ
Câmara Municipal

INFORMAÇÃO

d) Declaração de não dívida às Finanças e/ou autorização ao Município da Nazaré para consultar a situação da entidade requerente;

e) Declaração de não dívida à Segurança Social e/ou autorização ao Município da Nazaré para consultar a situação da entidade requerente;

f) Outros documentos que, sendo solicitados, comprovem a necessidade de atribuição do presente apoio.

2. Em caso de dúvida sobre a veracidade das declarações apresentadas de rendimentos e despesas, poderão ser desenvolvidas diligências complementares que se considerem adequadas ao apuramento da situação.

3. O Município reserva-se o direito de solicitar à Entidade a prestação de esclarecimentos ou a apresentação de documentos complementares que entendam necessários, ou se mostrem facilitadores de uma mais adequada e objetiva análise da candidatura.

rendimentos e despesas, poderão ser desenvolvidas diligências complementares que se considerem adequadas ao apuramento da situação.

3. O Município reserva-se o direito de solicitar à Entidade a prestação de esclarecimentos ou a apresentação de documentos complementares que entendam necessários, ou se mostrem facilitadores de uma mais adequada e objetiva análise da candidatura.

**REGULAMENTO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA SOCIAL
EM SITUAÇÕES PANDÉMICAS E DE CALAMIDADE PÚBLICA**

Nota Justificativa

O Município da Nazaré aprovou, em reunião de Câmara do passado dia 15 de outubro, a alteração ao Regulamento Municipal de Emergência Social em situações pandémicas e de calamidade pública, por se terem verificado, e na sua aplicabilidade, algumas lacunas que, caso não sejam preenchidas, poderão dificultar o acesso aos apoios nele consagrados.

Pese embora, este Regulamento Municipal tenha sido concebido como mecanismo de apoio face à situação pandémica COVID-19, é expectável que esta situação, a médio longo prazo deixe de ser uma realidade, no entanto, outras há que poderão surgir, e o tempo e as necessidades dos munícipes não se compadecem com o tramitar processual inerente à conceção ou alteração de Regulamentos que permitam o efetivo apoio à população e entidades.

Neste sentido, as alterações introduzidas ao regulamento permitirão de forma mais efetiva, manter a premissa de minimizar os impactos socioeconómicos desta, e de futuras situações pandémicas, endémicas, de calamidade pública, ou outras situações que se configurem de emergência, nomeadamente através da atribuição de subsídios para apoio às famílias afetadas pela drástica redução de rendimentos advinda das referidas situações, para pagamentos de bens e serviços essenciais, nomeadamente alimentação, habitação, água e energia, despesas de saúde e educação, de equipamentos sociais, cuja atribuição deve obedecer a um conjunto de regras uniformes que garanta os princípios gerais de direito; apoio às famílias, no que concerne à atividade física e do desporto às crianças e jovens, por motivos de preservação da saúde física e mental; apoio às instituições sem fins lucrativos, que são gravemente afetadas por estes contextos desfavoráveis, e que, não obstante as dificuldades, têm de manter as suas respostas à população. Para mais, considera-se, igualmente, importante manter o apoio às Associações Desportivas e Culturais, pois estas são o garante da dinâmica social de uma comunidade, promotoras da cidadania, de estilos de vida saudáveis, de bem-estar e saúde social. Os custos associados à implementação destas medidas são, até ao presente momento, difíceis de avaliar e prever, atendendo às graves repercussões, presentes e futuras, e às especificidades dos contextos acima referidos, acresce ainda, o facto da inexistência de experiência anterior que permitisse ser usada como exemplo. O custo é controlado à partida, pela verba inscrita no orçamento municipal que, poderá vir a ser revista em caso de necessidade, face à pertinência de desenvolver localmente medidas de mitigação dos efeitos causados por estes contextos no Município da Nazaré. O apoio financeiro resultante da aplicação do presente Regulamento depende da análise socioeconómica da situação concreta, a qual fundamentará a decisão da Câmara Municipal, do/a Presidente da Câmara Municipal com poderes delegados, ou do/a Vereador/a com sub-poderes delegados. Numa lógica de custo/benefício indissociável da entrada em vigor do presente Regulamento, e considerando que a sua natureza tem um claro intuito social, importa aqui destacar que a latitude das medidas nele consagradas têm como objetivo central a devida clarificação e operacionalização do conjunto de conceitos e ou soluções procedimentais, legalmente consagradas, clarificação essa que irá, seguramente, beneficiar a simplificação da aprovação e execução dos procedimentos administrativos em causa. Sendo inquestionável, para o efeito, que os custos centrados nesses procedimentos estão, manifestamente, associados ao apoio financeiro que será concedido pelo Município. Decorreu a prévia constituição de interessados de acordo com o estatuído no n.º1 do artigo 98.º do CPA, entre 18 e 29 de outubro, não tendo existido qualquer registo, bem como a Consulta Pública, de acordo com o n.º1 do artigo 101.º do CPA, que decorreu de 27 de janeiro a 10 de março do presente, período no qual não foram verificados quaisquer contributos. (...)

CAPÍTULO I
Disposições comuns
Artigo 1º
Lei habilitante

Os apoios previstos no presente Regulamento são aprovados ao abrigo da alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Artigo 2º

Objeto e âmbito de aplicação

1. As presentes normas visam definir a constituição e o enquadramento normativo do Regulamento Municipal de Emergência Social em Situações Pandémicas, Endémicas, de Calamidade Pública e outras situações que se configurem de emergência no que concerne:

a) Ao apoio económico a agregados familiares em situação de comprovada carência económica, em virtude das consequências associadas aos supramencionados contextos, traduzindo-se num apoio financeiro de carácter excecional e temporário, para fazer face ao pagamento de bens e serviços essenciais, nomeadamente alimentação, habitação, água, energia, despesas de saúde e educação e de equipamentos sociais;

b) Ao apoio na prática da atividade física e do desporto das crianças e jovens, cujos agregados familiares se encontrem em situação de comprovada vulnerabilidade socioeconómica, numa perspetiva de preservação da saúde física e mental;

c) Ao apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e equiparadas, e de proteção e socorro e outras entidades sem fins lucrativos que realizem atividades nas áreas de intervenção social de reconhecido interesse municipal, e/ou que tenham sofrido um acréscimo de procura ou a diminuição da sua capacidade de resposta;

d) Ao apoio aos Clubes, Coletividades e Associações Desportivas sem fins lucrativos do Concelho da Nazaré, que devido aos referidos contextos, se vejam confrontados com quebras de receita, por terem sido impedidos de realizar a sua atividade regular;

e) Ao apoio às Coletividades e Associações Recreativas e Culturais sem fins lucrativos, do Concelho da Nazaré, que devido aos referidos contextos, por terem sido impedidas de realizar a sua atividade regular, tenham sofrido alterações ao seu orçamento anual;

2. É condição, no âmbito do presente apoio, que os beneficiários não tenham quaisquer dívidas para com a Câmara Municipal da Nazaré, Serviços Municipalizados da Nazaré, Empresa Municipal "Nazaré Qualifica", Segurança Social e Autoridade Tributária, sendo a apresentação de certidão de não dívida obrigatória.

3. As situações de comprovada vulnerabilidade socioeconómica/dificuldade de manutenção de atividade, que não tenham tido origem no âmbito das situações previstas, deverão solicitar apoio ao abrigo de outros Regulamentos Municipais em vigor, ou das medidas de apoio implementadas pelo Estado.

4. A verba inscrita anualmente no orçamento do Município, para este fim, constitui o limite máximo anual a atribuir nestes apoios, podendo ser reforçada, em caso de necessidade.

5. As presentes normas regem-se pelos princípios da subsidiariedade, articulação e concertação.

Artigo 3º

Conceitos

Para efeitos do presente Regulamento Municipal considera-se:

a) «Agregado familiar», o conjunto de pessoas constituído, pelo cônjuge ou pessoa que viva em união de facto há mais de dois anos, pelos parentes ou afins em linha reta ou até ao 3.º grau da linha colateral, adotados restritamente e os menores confiados administrativamente ou judicialmente a algum dos elementos do agregado familiar;

b) "Apoio económico", montante de carácter pecuniário concedido a título excecional e pontual;

c) "Emergência social", situação de grave carência económica resultante de insuficiência de rendimentos do agregado familiar, caracterizada pela impossibilidade de, pelos seus próprios meios, garantir a satisfação das necessidades básicas dos elementos que o integram ao nível da alimentação, habitação, água, energia, despesas de saúde, de educação e de equipamentos sociais, ou potenciadora de eminente risco social, e para a qual são inexistentes ou manifestamente insuficientes os apoios de outras entidades, públicas ou privadas, com competência ou intervenção nas diversas áreas, designadamente, o Município da Nazaré, o Instituto de Segurança Social, IP. e

as Instituições Particulares de Solidariedade Social ou entidades a elas equiparadas;

d) "Rendimento mensal bruto", o quantitativo que resulta da divisão por doze dos rendimentos anuais ilíquidos auferidos por todos os elementos do agregado familiar à data da apresentação da candidatura, incluindo as prestações familiares e sociais, com exceção do abono de família e da bonificação a crianças e jovens deficientes;

e) "Rendimento líquido per capita", o quantitativo que resulta da divisão pelo número de elementos que compõem o agregado familiar do rendimento mensal bruto depois de deduzido os encargos calculados;

f) "IAS - Indexante dos Apoios Sociais" - o IAS constitui o referencial determinante da fixação, cálculo e atualização dos apoios e outras despesas e das receitas da administração central do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais, qualquer que seja a sua natureza, previstos em atos legislativos ou regulamentares;

g) "Instituições Particulares de Solidariedade Social e equiparadas" - toda a Instituição legalmente constituída por iniciativa de particulares e sem fins lucrativos, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre indivíduos e desde que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico;

h) "Clubes, Coletividades e Associações Desportivas" - toda a Entidade legalmente constituída por iniciativa de particulares e sem fins lucrativos, com o propósito de desenvolver a atividade física e/ou o desporto na população em geral no concelho da Nazaré e com Registo Municipal de Associações Desportivas válido;

i) "Coletividades e Associações Recreativas e Culturais" - toda a Entidade legalmente constituída por iniciativa de particulares e sem fins lucrativos, com o propósito de desenvolver a atividade sociocultural na população em geral, legalmente constituídas e com atividade no concelho da Nazaré.

Artigo 4º

Obrigações dos beneficiários

1. Constituem obrigações dos beneficiários dos apoios consubstanciados neste Regulamento:

a) Informar, previamente, a Câmara Municipal da Nazaré, de qualquer alteração à situação que invoquem aquando da formalização do pedido de apoio;

b) Não permitir a utilização do(s) apoio(s) por pessoas terceiras, nem para fim diverso daquele para o(s) qual(is) foi(rem) atribuído(s);

c) Apresentar os comprovativos de despesa, definidos no presente documento, relativamente ao(s) apoio(s) atribuído(s), após a sua liquidação/utilização;

d) Permitir a verificação das declarações prestadas, no caso do apoio às famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica, pela equipa do Gabinete de Ação Social, seja por entrevista para avaliação socioeconómica, visita domiciliária, entre outras que venham a verificar-se necessárias;

e) Permitir, no âmbito dos apoios atribuídos aos/às munícipes, às IPSS's e equiparadas, de Proteção e Socorro e outras entidades sem fins lucrativos, aos Clubes, Coletividades e Associações Desportivas, e às Coletividades e Associações Recreativas e Culturais, o acompanhamento do contrato ou protocolo que vier a ser celebrado, pela atribuição de apoio económico, por parte das equipas da Ação Social, do Setor da Atividade Física e do Desporto e da Cultura, respetivamente;

f) Proceder, na sequência de notificação por parte dos serviços municipais, aos acertos a que haja lugar, no âmbito dos apoios recebidos, sempre que a verba exceda, em concreto, o valor do bem ou serviços;

2 - O desconhecimento, ou a má interpretação das presentes normas, não poderão ser invocadas para justificar o não cumprimento das suas disposições, nem isentam os infratores das sanções que lhes sejam imputáveis.

CAPÍTULO II **DAS FAMÍLIAS** **Secção I**

Apoio aos agregados familiares em situação de vulnerabilidade socioeconómica

Artigo 5º

Beneficiários

Pode ser beneficiário/a do apoio económico previsto neste Regulamento o cidadão ou a cidadã que cumpra, cumulativamente, as seguintes condições gerais:

- a) Ser residente no concelho da Nazaré;
- b) Ter idade igual ou superior a 18 anos ou com idade inferior, desde que se encontre emancipado/a;
- c) Disponibilize toda a documentação requerida pelos serviços, necessária à instrução e avaliação do processo;
- d) Comprove a alteração da situação socioeconómica decorrente das situações previstas neste Regulamento;
- e) Pertença a um agregado familiar cujo rendimento líquido per capita seja igual ou inferior a 50% da retribuição mínima mensal garantida, adiante designado por RMMG;
- f) Não beneficie de outro apoio económico para o mesmo fim a que se destina o objeto do seu pedido.

Artigo 6º

Deveres dos Beneficiários

Constituem deveres do/a candidato/a:

- a) Não prestar falsas declarações ou omitir informação relevante, quer no requerimento, quer ao longo do período a que se reporta os apoios;
- b) Comunicar à Câmara Municipal, no prazo máximo de dez dias, a contar da data do facto, todas as circunstâncias ocorridas posteriormente à notificação da deliberação de atribuição de apoio, que tenham produzido melhorias significativas na situação socioeconómica do agregado familiar, nomeadamente, aumento de rendimentos auferidos, obtenção de novo emprego, alterações da composição do agregado familiar ou mudança de residência que determine a redução dos inerentes encargos para o orçamento familiar;
- c) Fornecer toda a documentação solicitada e prestar com exatidão todos os esclarecimentos que sejam solicitados, nos prazos fixados.

Artigo 7º

Despesas Elegíveis

1. São consideradas despesas elegíveis e, como tal, passíveis de apoio económico, as despesas resultantes de:

- a) Despesas associadas à normal fruição da habitação, como sejam, designadamente, as associadas a renda/prestação relativa a empréstimo bancário, aos consumos de água, eletricidade e gás;
- b) Aquisição de medicamentos, meios complementares de diagnóstico, produtos de apoio e outras despesas de saúde, desde que acompanhadas de receita médica ou de guia terapêutico no caso de medicamentos;
- c) Despesas inerentes à frequência de equipamentos nas áreas da infância, idosos e deficiência;
- d) Despesas com educação, como sejam, material escolar e informático, propinas e comunicações essenciais no âmbito educativo, nomeadamente internet.

2. Despesas com géneros alimentares, desde que não asseguradas pelo Programa Operacional de Apoio a Pessoas mais Carenciadas (POAPMC), Cantina Social, Loja Social da Junta de Freguesia da Nazaré ou outras entidades com resposta na comunidade, nomeadamente as responsáveis por Banco Alimentar.

3. Despesas com bens de primeira necessidade, tais como fraldas, entre outros (crianças, idosos e deficientes).

Artigo 8º

Apresentação e Instrução dos processos de candidatura

1. Os processos de candidatura deverão, obrigatoriamente, ser entregues no Gabinete de Ação Social, doravante designado por GAS, mediante o preenchimento de impresso próprio (Anexo I), disponibilizado no serviço supramencionado, ou no site do Município, www.cm-nazare.pt/formularios, devidamente preenchido e assinado pelos candidatos, sendo obrigatoriamente instruídos, sempre que aplicável, com os seguintes documentos:

- a) Apresentação do documento de identificação civil: cartão de cidadão ou bilhete de identidade;
- b) Cópia do número de identificação fiscal;
- c) Cópia do comprovativo a atestar a situação constante no n.º 2 do artigo 9.º;
- d) Documento comprovativo de título de residência válido;
- e) Documento comprovativo da composição do agregado familiar emitido pela Junta de Freguesia da área de residência;
- f) Documento comprovativo da alteração socioeconómica decorrente das situações prevista neste Regulamento;

- g) Documento comprovativo dos rendimentos ou subsídios auferidos, a qualquer título, referente aos últimos três meses;
- h) Documento comprovativo de inscrição no Serviço de Emprego/IEFP da área de residência, em caso de situação de desemprego;
- i) Documento comprovativo dos encargos mensais, nomeadamente renda da casa ou prestação relativa ao empréstimo bancário (nele se inclui seguro de vida, multirrisco e condomínio), água, gás, eletricidade, medicamentos e frequência de equipamento para apoio na área da infância, idosos e deficiência, propinas, referente aos últimos três meses;
- j) Documento comprovativo de eventuais apoios concedidos por outras entidades para o mesmo fim a que se reporta a candidatura e respetivos valores, caso o apoio seja concedido sob a forma de prestação pecuniária;
- k) Documento com indicação do IBAN;

2. Sempre que se mostre impossível apresentar o comprovativo referido na alínea g) e j), do número anterior, deve ser apresentada declaração sob compromisso de honra.

3. Em caso de dúvida sobre a veracidade das declarações apresentadas de rendimentos e despesas, poderão ser desenvolvidas diligências complementares que se considerem adequadas ao apuramento da situação socioeconómica do agregado familiar.

4. O Município reserva-se o direito de solicitar ao candidato a prestação de esclarecimentos ou a apresentação de documentos complementares que entendam necessários, ou se mostrem facilitadores de uma mais adequada e objetiva análise da candidatura.

5. Nos casos em que não seja possível a apresentação de algum dos documentos obrigatórios, e esse facto possa implicar a não atribuição de apoio, a decisão de aceitar a candidatura ficará sujeita a despacho do/a Presidente da Câmara ou Vereador/a com poderes delegados, que baseará a sua decisão em informação dos serviços competentes com a devida fundamentação.

Artigo 9º

Avaliação da situação socioeconómica

1. A avaliação da situação socioeconómica da pessoa requerente é baseada no rendimento líquido per capita do agregado familiar, com a aplicação da seguinte fórmula:

$$RLPC = \frac{RAF - DFM}{N}$$

N

Em que: RLPC - Rendimento líquido per capita; RAF - Rendimento do agregado familiar; DFM - Despesas fixas mensais: (água; eletricidade; gás; renda da casa ou prestação relativa a empréstimo bancário até ao limite máximo de €500.00; despesas de saúde até ao limite de €150; frequência de equipamentos sociais até ao limite máximo de €200) N - Número de elementos do agregado familiar.

2. Para além da condição expressa no número anterior, sempre que se verifique ser o caso, serão aplicadas as seguintes deduções específicas:

- a) 10% do valor do Indexante dos Apoios Sociais, adiante designado IAS, por cada elemento do agregado familiar com deficiência;
- b) 10% do valor do IAS por cada elemento do agregado familiar com idade igual ou superior a 65 anos;
- c) 20% do IAS em caso de família monoparental;
- d) 20% do IAS a vítima de violência doméstica, devidamente reconhecido pelo estatuto de vítima;
- e) 15% do IAS em caso de família numerosa.

Artigo 10º

Análise e Processo de atribuição

1. As candidaturas aos apoios económicos, no âmbito do presente Regulamento, são apreciadas pela equipa técnica do GAS do Município da Nazaré.

2. Compete à Câmara Municipal da Nazaré ou ao/à Presidente da Câmara Municipal da Nazaré ou ao/à Vereador/a com competência subdelegada, mediante deliberação ou despacho, o deferimento ou indeferimento das candidaturas, com base na informação social prestada pela equipa técnica do GAS a quem competiu a respetiva apreciação e parecer.

3. Todos os/as requerentes são notificados/as, preferencialmente por escrito, da deliberação final, e com a indicação de data para celebração do Contrato de Acompanhamento Social.

Artigo 11º

Apoio económico

1. O limite máximo do apoio económico é atribuído em função dos escalões de posicionamento RMMG (Retribuição Mínima Mensal Garantida), definida a cada ano civil, face ao rendimento líquido per capita, de acordo com a seguinte tabela:

| Escalões de Posicionamento RMMG | Limite Máximo de Apoio Económico |
|---|----------------------------------|
| Escalão 1 - Capitação negativa | Dois IAS* |
| Escalão 2 - Entre 0,00% e 15,748% (até 100€) | 80% de dois IAS |
| Escalão 3 - Entre 15,749% e 35,496% (de 100,01€ a 225,40€) | 60% de dois IAS |
| Escalão 4 - entre 35,497% e 50,00% (de 225,41€ a 317,50€) | 50% de dois IAS |
| >50,00% | Sem apoio económico |

*Valor do IAS definido a cada ano civil

2. O apoio económico é atribuído de acordo com o definido no presente regulamento, é intransmissível e pode ser utilizado de uma só vez ou preferencialmente faseado, até ao limite máximo elegível, situação que ficará expressa no Contrato de Acompanhamento Social.

Artigo 12º

Pagamento do apoio económico

1. Após a notificação da deliberação, o respetivo apoio económico será pago através de transferência bancária ou cheque.

2. O/a beneficiário/a deve apresentar a cópia da fatura/recibo, comprovativa da despesa efetuada, devidamente discriminada, no âmbito do presente Regulamento, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

3. O documento comprovativo da despesa pode ser entregue, presencialmente, no Gabinete de Ação Social ou para o correio eletrónico accasocial@cm-nazare.pt.

Secção II

Apoio nas despesas decorrentes da atividade física e desportiva das crianças e jovens

Artigo 13º

Aplicação e benefícios

O presente capítulo aplica-se aos/às munícipes do concelho da Nazaré, com idade igual ou inferior a 18 anos, cujo agregado familiar tenha um rendimento per capita inferior a 50% do IAS, definido a cada ano civil, realizando-se a avaliação socioeconómica de acordo com o disposto nos n.º1 e 2 do artigo 9.º do presente Regulamento.

Artigo 14º

Condições gerais de atribuição

1. Constituem condições gerais de atribuição do presente apoio:

a) Que o agregado familiar da pessoa requerente esteja numa situação de vulnerabilidade socioeconómica, cujo rendimento mensal tenha sofrido alterações, decorrente das situações previstas no presente Regulamento.

b) Sejam apresentados todos os documentos solicitados para comprovar a situação de vulnerabilidade socioeconómica.

Artigo 15º

Apresentação e Instrução de Candidatura

1. Os processos de candidatura deverão, obrigatoriamente, ser entregues no GAS, mediante o preenchimento de impresso próprio (Anexo II), disponibilizado no serviço supramencionado, ou no site do Município, www.cm-nazare.pt/formularios, devidamente preenchido e assinado pelos candidatos/as, sendo obrigatoriamente instruídos, sempre que aplicável, com os seguintes documentos:

- a) Apresentação do documento de identificação civil: cartão de cidadão ou bilhete de identidade;
- b) Cópia do número de identificação fiscal;
- c) Cópia do comprovativo a atestar a situação constante no n.º 2 do artigo 9.º;
- d) Documento comprovativo de título de residência válido;
- e) Documento comprovativo da composição do agregado familiar emitido pela Junta de Freguesia da área de residência;
- f) Documento comprovativo da alteração socioeconómica decorrente das situações prevista neste Regulamento;
- g) Documento comprovativo dos rendimentos ou subsídios auferidos, a qualquer título, referente aos últimos três meses;
- h) Documento comprovativo de inscrição no Serviço de Emprego/IEFP da área de residência, em caso de situação de desemprego;
- i) Documento comprovativo dos encargos mensais, nomeadamente renda da casa ou prestação relativa ao empréstimo bancário (nele se inclui seguro de vida, multirrisco e condomínio), água, gás, eletricidade, medicamentos e frequência de equipamento para apoio na área da infância, idosos e deficiência, propinas, referente aos últimos três meses;
- j) Documento comprovativo de eventuais apoios concedidos por outras entidades para o mesmo fim a que se reporta a candidatura e respetivos valores, caso o apoio seja concedido sob a forma de prestação pecuniária;
- k) Documento com indicação do IBAN;
- l) Sempre que se mostre impossível apresentar o comprovativo referido na alínea g) e j), do número anterior, deve ser apresentada declaração sob compromisso de honra.

2. Em caso de dúvida sobre a veracidade das declarações apresentadas de rendimentos e despesas, poderão ser desenvolvidas diligências complementares que se considerem adequadas ao apuramento da situação socioeconómica do agregado familiar.

3. O Município reserva-se o direito de solicitar ao candidato a prestação de esclarecimentos ou a apresentação de documentos complementares que entendam necessários, ou se mostrem facilitadores de uma mais adequada e objetiva análise da candidatura.

4. Nos casos em que não seja possível a apresentação de algum dos documentos obrigatórios, e esse facto possa implicar a não atribuição de apoio, a decisão de aceitar a candidatura ficará sujeita a despacho do/a Presidente da Câmara ou Vereador/a com poderes delegados, que baseará a sua decisão em informação dos serviços competentes com a devida fundamentação.

Artigo 16º

Tipologia, Modalidade e Compartição dos Apoios

1. Os apoios a atribuir no âmbito do presente capítulo, obedecerão à seguinte tipologia, modalidade e comparticipação:

Atividades Físicas (Natação para crianças/jovens e FitandWell)

| | % comparticipar |
|-------------------------------|--------------------|
| Inscrição..... | 80% |
| 1ª Via do Cartão..... | 80% |
| 2ª Via do Cartão..... | 0%* |
| Seguro..... | 80% |
| Mensalidade..... | 80% |
| Seguro desportivo | 80% |
| Exame médico desportivo | 80% |
| Equipamento desportivo**..... | 80% |

*De acordo com a tabela de taxas do Município da Nazaré, em vigor.

** Até ao limite máximo de 100€ por pessoa.

Desporto Federado (Andebol, Andebol de Praia, Atletismo, Basquetebol, Bodyboard, Futebol, Futebol de Praia, Futsal, Hóquei em Patins, JiuJitsu Brasileiro, Kickboxing, Natação, Patinagem Artística, Stand UpPaddle, Surf, Taekwondo, entre outros)

| | % a comparticipar |
|------------------------------|----------------------|
| Inscrição..... | 80% |
| Mensalidade..... | 80% |
| Exame médico desportivo..... | 80% |
| Equipamento desportivo*..... | 80% |

***Até ao limite máximo de 100€ por pessoa.**

2. As candidaturas ao presente apoio poderão ser realizadas até os regimes excepcionais decorrentes das situações previstas no presente Regulamento perdurarem.

3. A comparticipação atribuída cessará no mês seguinte ao término desses regimes.

Artigo 17º

Análise das candidaturas e decisão

1. O processo de candidatura será analisado pelo GAS em estreita colaboração com o Setor da Atividade Física e do Desporto, doravante SAFD, departamentos da Câmara Municipal da Nazaré.

2. O processo é atribuído a um(a) Técnico(a) Superior do GAS, que elaborará um relatório social com a avaliação e o diagnóstico da situação socioeconómica do agregado familiar da pessoa requerente.

3. A verificação do enquadramento das despesas referentes aos apoios previstos neste capítulo ficará a cargo de um(a) Técnico(a) Superior do SAFD, que elaborará um relatório que definirá a validação das despesas apresentadas pelo requerente.

4. Apurados todos os elementos e realizado o cálculo do valor a participar (pelo GAS), o GAS ou o SAFD farão uma informação que será sujeita a despacho favorável do Senhor Presidente da Câmara Municipal ou Vereador com poderes delegados

Artigo 18º

Banco de Material Desportivo

1. O SAFD compromete-se a diligenciar no sentido de criar um banco de material desportivo, que congregue material de todas as modalidades praticadas no Concelho da Nazaré.

2. Após o término dos regimes excepcionais, as famílias que continuem a não ter condições económicas para proporcionar às suas crianças e jovens a prática da atividade física e desportiva, deverão, a título de empréstimo, solicitar o material necessário nesta resposta.

3. O SAFD ficará responsável pela gestão desta resposta desportiva, e pela dinamização, junto dos respetivos Clubes e Associações, da recolha do material, devendo, igualmente, apelar à doação destes materiais junto da comunidade.

CAPÍTULO III

DAS INSTITUIÇÕES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL, PROTEÇÃO E SOCORRO AOS CLUBES/ASSOCIAÇÕES/COLETIVIDADES DESPORTIVAS E CULTURAIS

SECÇÃO I

Apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social e equiparadas, de Proteção e Socorro outras entidades sem fins lucrativos

Artigo 19º

Condições para atribuição de apoio financeiro

1. Os pedidos de apoio formulados pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social e equiparadas, doravante IPSS's e equiparadas, e outras entidades sem fins lucrativos, e as de proteção e socorro, devem atender a, pelo menos, dois dos seguintes critérios:

a) Desenvolver a sua atividade nas áreas de intervenção social de reconhecido interesse municipal;

b) Pertencer ao Conselho Local de Ação Social (CLAS) da Rede Social da Nazaré;

c) No que se refere à gestão do seu orçamento anual a instituição deverá apresentar, uma das seguintes situações:

I. Verificar-se uma redução dos fundos e receitas anuais da instituição, devido às situações previstas no presente Regulamento; esta redução deverá ser consequência da diminuição do valor dos donativos, das quotizações de associados ou das comparticipações dos utentes, sendo que, o valor desta redução deverá ser de, pelo menos, 20% face ao orçamento anterior;

II. Verificar-se um aumento excepcional na procura dos serviços prestados pela instituição; este aumento deverá estar relacionado com o agravamento de vida dos utentes ou destinatários, sendo que este aumento deverá ser de, pelo menos, 15% face ao ano anterior.

2. Poderá ser dispensado do cumprimento das situações anteriores, desde que o pedido se destine à realização de pequenas obras, não estruturantes, urgentes e inadiáveis em equipamento social localizado no concelho da Nazaré, designadamente decorrentes de imposição legal, desde que, cumulativamente:

- a) O valor solicitado seja inferior a 15.000€ (quinze mil euros);
- b) A entidade requerente não possua capacidade financeira para as realizar;
- c) Esteja em causa a manutenção de resposta social, e esta fique garantida com a realização das obras;
- d) Não existam outros apoios financeiros para o efeito a que a Instituição se possa candidatar, ou quando estes existam, os prazos não sejam compatíveis com a necessidade verificada.

Artigo 20º

Critérios para a atribuição do apoio

Para requerer o apoio previsto no presente capítulo, as Entidades deverão:

- a) Ter os seus 2 últimos relatórios e contas devidamente aprovados, ou na sua falta, por motivos inerentes às situações previstas no presente regulamento, declaração sob compromisso de honra do presidente da direção;
- b) Demonstrar que o seu modelo de gestão financeira é adequado à atividade desenvolvida e que, em situação normal, é sustentável;
- c) Não ter recebido, no mesmo ano e para o mesmo objeto e finalidade, qualquer outro apoio extraordinário de entidades públicas ou privadas;
- d) As entidades só podem candidatar-se a este apoio, enquanto vigorarem as medidas excecionais face às situações previstas no presente Regulamento.

Artigo 21.º

Apresentação e Instrução dos processos de candidatura

1. Os processos de candidatura deverão, obrigatoriamente, ser entregues no GAS, mediante o preenchimento de impresso próprio (Anexo III), disponibilizado no serviço supramencionado, ou no site do Município, www.cm-nazare.pt/formularios, devidamente preenchido e assinado pelo/a representante da Entidade, sendo obrigatoriamente instruídos, sempre que aplicável, com os seguintes documentos:

- a) Declaração do Presidente da Assembleia Geral da entidade requerente do número efetivo de associados;
- b) Cópia dos dois últimos Relatórios de Contas e do Relatório de Atividades referentes ao penúltimo e último ano anterior ao pedido de apoio, devidamente comprovados por um Técnico Oficial de Contas;
- c) Informação técnica sobre a Instituição: n.º de valências, utentes, funcionários, listas de espera, entre outras informações;
- d) Outros documentos que, sendo solicitados, comprovem a necessidade de atribuição do presente apoio.

2. Em caso de dúvida sobre a veracidade das declarações apresentadas de rendimentos e despesas, poderão ser desenvolvidas diligências complementares que se considerem adequadas ao apuramento da situação.

3. O Município reserva-se o direito de solicitar à Entidade a prestação de esclarecimentos ou a apresentação de documentos complementares que entendam necessários, ou se mostrem facilitadores de uma mais adequada e objetiva análise da candidatura.

Artigo 22º

Fases e regras do apoio financeiro

1. O apoio financeiro decorre de decisão da Câmara Municipal da Nazaré, sendo atribuído mediante a celebração de Protocolo, nos termos do qual as entidades beneficiárias se obrigam a manter a atividade desenvolvida, cujo comprometimento justificou a respetiva atribuição, por período não inferior a 1 ano;

2. O apoio financeiro é efetuado através de transferência bancária ou cheque.

Artigo 23º

Limites máximos do apoio financeiro extraordinário

1. O apoio financeiro tem como limite o valor de 15.000€ quando a entidade requerente não gerir equipamentos sociais, e 25.000€ quando a entidade requerente for responsável pela gestão de equipamentos sociais cuja capacidade de resposta careça de intervenção urgente, por ano civil, e enquanto perdurarem as situações excecionais previstas no presente Regulamento.

2. Poderá ser atribuído um valor máximo de 15.000€, para realização de pequenas obras, não estruturantes, urgentes e inadiáveis em equipamento social.

3. Não poderão receber o presente apoio se receberam, no mesmo ano e para o mesmo objeto e finalidade, outro apoio de entidades públicas ou privadas, que lhes proporcionem o desejável equilíbrio financeiro.

Secção II

Apoio aos Clubes, Coletividades e Associações Desportivas

Artigo 24º

Condições para atribuição de apoio financeiro

1. Os pedidos de apoio formulados pelos **Clubes, Coletividades e Associações Desportivas** devem atender aos seguintes critérios cumulativos:

- a) Desenvolver a sua atividade na área do desporto e com reconhecido interesse municipal;
- b) No que se refere à gestão do seu orçamento anual os Clubes, Coletividades e Associações Desportivas deverão apresentar, pelo menos, uma das seguintes situações:

I. Verificar-se uma redução dos fundos e receitas, devido às situações previstas no presente Regulamento; esta redução deverá ser consequência da diminuição do valor dos donativos, das quotizações de associados ou das participações dos atletas, sendo que, o valor desta redução deverá ser de, pelo menos, 20% face ao orçamento anterior;

II. Verificar-se a inatividade dos escalões de formação, devido às normas impostas pelas entidades competentes;

2. Sempre que se mostre impossível apresentar o comprovativo referido no número anterior, deve ser apresentada declaração sob compromisso de honra.

Artigo 25º

Critérios para a atribuição do apoio

Para requerer o apoio previsto no presente capítulo, as instituições deverão:

a) Ter os seus relatórios e contas devidamente aprovados, ou na sua falta, por motivos inerentes às situações previstas no presente regulamento, declaração sob compromisso de honra do presidente da direção;

b) Não ter recebido, no mesmo ano e para o mesmo objeto e finalidade, qualquer outro apoio extraordinário de entidades públicas ou privadas;

c) As entidades só podem candidatar-se a este apoio, enquanto vigorarem as medidas excecionais, no âmbito das situações previstas no presente Regulamento.

Artigo 26º

Apresentação e Instrução dos processos de candidatura

1. Os processos de candidatura deverão, obrigatoriamente, ser entregues no SAFD, mediante o preenchimento de impresso próprio (Anexo IV), disponibilizado no serviço supramencionado, ou no site do Município, www.cm-nazare.pt/formularios, devidamente preenchido e assinado pelo/a responsável da Entidade, sendo obrigatoriamente instruídos, sempre que aplicável, com os seguintes documentos:

a) Declaração do Presidente da Assembleia Geral da entidade requerente do número efetivo de associados;

b) Cópia dos dois últimos Relatórios de Contas e do Relatório de Atividades referentes ao penúltimo e último ano ao pedido de apoio, devidamente comprovados por um Técnico Oficial de Contas;

c) Declaração do Presidente da Direção da entidade requerente do número efetivo de agentes desportivos envolvidos nas atividades - dirigentes, treinadores, atletas, entre outros;

d) Outros documentos que, sendo solicitados, comprovem a necessidade de atribuição do presente apoio.

2. Em caso de dúvida sobre a veracidade das declarações apresentadas de rendimentos e despesas, poderão ser desenvolvidas diligências complementares que se considerem adequadas ao apuramento da situação.

3. O Município reserva-se o direito de solicitar à Entidade a prestação de esclarecimentos ou a apresentação de documentos complementares que entendam necessários, ou se mostrem facilitadores de uma mais adequada e objetiva análise da candidatura.

Artigo 27º

Fases e regras do apoio financeiro

1. O apoio financeiro decorre de decisão da Câmara Municipal da Nazaré, sendo atribuído mediante a celebração de Protocolo, nos termos do qual as entidades beneficiárias se obrigam a manter a atividade desenvolvida, cujo comprometimento justificou a respetiva atribuição, por período não inferior a 1 ano.

2. O apoio financeiro é efetuado através de transferência bancária ou cheque.

Artigo 28º

Limites máximos do apoio financeiro extraordinário

1. O apoio financeiro tem como limite o valor máximo 10.000€, de acordo com os documentos apresentados e que legitimem as quebras financeiras decorrentes das situações previstas no presente Regulamento, e que coloquem em causa a manutenção da atividade desportiva do Clube, Coletividade e Associação.

2. Não poderão receber o presente apoio se receberam, no mesmo ano e para o mesmo objeto e finalidade, outro apoio de entidades públicas ou privadas, que lhes proporcionem o desejável equilíbrio financeiro.

Secção III

Apoio às Coletividades e Associações Recreativas e Culturais

Artigo 29º

Condições para atribuição de apoio financeiro

1. Os pedidos de apoio formulados pelas **Coletividades e Associações Recreativas e Culturais** devem atender aos seguintes critérios cumulativos:

a) Desenvolver a sua atividade na área cultural e recreativa e com reconhecido interesse municipal;

b) No que se refere à gestão do seu orçamento anual, as Coletividades e Associações Recreativas e Culturais deverão apresentar, pelo menos, uma das seguintes situações:

I. Verificar-se uma redução dos fundos e receitas, devido às situações previstas no presente Regulamento; esta redução deverá ser consequência da diminuição do valor dos donativos, das receitas das atividades anuais, das quotizações ou participações dos associados, sendo que, o valor desta redução deverá ser de, pelo menos, 20% face ao orçamento anterior;

II. Verificar-se a não realização das ações do Plano de Atividades, que deverá estar relacionada com as imposições legais e/ou estruturais decorrentes das situações previstas no presente Regulamento.

2. Sempre que se mostre impossível apresentar o comprovativo referido no número anterior, deve ser apresentada declaração sob compromisso de honra.

Artigo 30º

Critérios para a atribuição do apoio

Para requerer o apoio previsto no presente capítulo, as Coletividades e Associações Recreativas e Culturais deverão:

a) Ter os seus relatórios e contas devidamente aprovados, ou na sua falta, por motivos inerentes às situações previstas no presente regulamento, declaração sob compromisso de honra do presidente da direção;

b) Não ter recebido, no mesmo ano e para o mesmo objeto e finalidade, qualquer outro apoio extraordinário de entidades públicas ou privadas;

c) As Coletividades e Associações Recreativas e Culturais só podem candidatar-se a este apoio, enquanto vigorarem as medidas excepcionais, no âmbito das situações previstas no presente Regulamento

Artigo 31º

Apresentação e Instrução dos processos de candidatura

1. Os processos de candidatura deverão, obrigatoriamente, ser entregues no Gabinete da Cultura, mediante o preenchimento de impresso próprio (Anexo V), disponibilizado no serviço supramencionado, ou no site do Município, www.cm-nazare.pt/formularios, devidamente preenchido e assinado pelos candidatos, sendo obrigatoriamente instruídos, sempre que aplicável, com os seguintes documentos:

a) Declaração do Presidente da Assembleia Geral da entidade requerente do número efetivo de associados;

b) Cópia dos dois últimos Relatórios de Contas e do Relatório de Atividades referentes ao penúltimo e último ano anterior ao pedido de apoio, devidamente comprovados por um Técnico Oficial de Contas;

c) Outros documentos que, sendo solicitados, comprovem a necessidade de atribuição do presente apoio.

2. Em caso de dúvida sobre a veracidade das declarações apresentadas de rendimentos e despesas, poderão ser desenvolvidas diligências complementares que se considerem adequadas ao apuramento da situação.

3. O Município reserva-se o direito de solicitar à Entidade a prestação de esclarecimentos ou a apresentação de documentos complementares que entendam necessários, ou se mostrem facilitadores de uma mais adequada e objetiva análise da candidatura.

Artigo 32º

Fases e regras do apoio financeiro

1. O apoio financeiro decorre de decisão da Câmara Municipal da Nazaré, sendo atribuído mediante a celebração de Protocolo, nos termos do qual as entidades beneficiárias se obrigam a manter a atividade desenvolvida, cujo comprometimento justificou a respetiva atribuição, por período não inferior a 1 ano;

2. O apoio financeiro é efetuado por transferência bancária ou cheque.

Artigo 33º

Limites máximos do apoio financeiro extraordinário

1 - O apoio financeiro tem como limite o valor máximo 5.000€, de acordo com os documentos apresentados e que legitimem as quebras financeiras decorrentes das situações previstas no presente Regulamento, e que coloquem em causa a manutenção da atividade recreativa e cultural das Coletividades e Associações Recreativas e Culturais.

2 - Não poderão receber o presente apoio se receberam, no mesmo ano e para o mesmo objeto e finalidade, outro apoio de entidades públicas ou privadas, que lhes proporcionem o desejável equilíbrio financeiro.

CAPÍTULO IV

Disposições finais

Artigo 34º

Falsas declarações

A prestação de falsas declarações implica a cessação imediata dos apoios económicos e a devolução dos valores recebidos, sem prejuízo da responsabilidade criminal, subjacente à prestação de falsas declarações por parte do/a beneficiário/a.

Artigo 35º

Casos Omissos e Dúvidas

Casos omissos e dúvidas de interpretação, do presente Regulamento, são resolvidos por decisão do Presidente da Câmara Municipal ou do/a Vereador/a com poderes delegados para o efeito.

Artigo 36º

Validade do Regulamento

O presente Regulamento aplicar-se-á até ao término dos regimes excepcionais no âmbito das situações previstas no presente documento.

Artigo 37º

Entrada em vigor

A presente alteração ao Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação em Diário da República.

Nazaré, ___ de ___ de 2022

ANEXOS

ANEXO I

REGULAMENTO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA SOCIAL EM SITUAÇÕES PANDÉMICAS E DE CALAMIDADE PÚBLICA



NAZARÉ

**FORMULÁRIO DE CANDIDATURA -
Apoio a Agregados Familiares em Situação de
Vulnerabilidade Socioeconómica**

Processo N.º: ___/20___

Data: ___/___/___

Ex. mo Senhor Presidente da Câmara Municipal

1. DADOS DA PESSOA REQUERENTE:

NOME COMPLETO _____

D. NASCIMENTO _____ SEXO _____ IDADE _____ ANOS _____

MORADA _____ CONTACTO _____
CÓDIGO POSTAL _____

BI/CC/PASSAPORTE/
T. RESIDÊNCIA/ OUTRO _____ NIF _____

NISS _____ SNS _____

Eu, acima identificado, venho por este meio proceder à entrega da Candidatura ao Regulamento Municipal de Emergência Social em Situações Pandémicas, Endémicas, de Calamidade Pública ou outras situações que se configurem de emergência, à tipologia de apoio _____, fornecendo os elementos necessários para a competente avaliação da situação.

A Pessoa Requerente

2. COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR

| IDENTIFICAÇÃO | D.N. | RELAÇÃO FAMILIAR | ESTADO CIVIL | SIT. OCUPACIONAL | ESCOLARIDADE | NACIONALIDADE | NATALIDADE |
|---------------|------|------------------|--------------|------------------|--------------|---------------|------------|
| REQUERENTE | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |

**REGULAMENTO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA SOCIAL EM SITUAÇÕES PANDÉMICAS
E DE CALAMIDADE PÚBLICA**

3. SITUAÇÃO ECONÓMICA DA PESSOA REQUERENTE

| | RENDIMENTOS MENSAIS | | DESPESAS MENSAIS |
|---|----------------------------|---|-------------------------|
| Rendimento do trabalho | € | Renda/Prestação Casa/ condomínio | € |
| Pensão de Velhice | € | Seguros Obrigatórios da Habitação | € |
| Pensão de Invalidez (PSI) | € | Água | € |
| Pensão Social (PSI) | € | Eletricidade | € |
| Pensão de Sobrevivência | € | Gás | € |
| Pensão de Alimentos | € | Educação (refeições/CAA /Internet/outras) | € |
| Outras Pensões | € | Mensalidades/Propinas E.Superior | € |
| C.S.I. | € | Transportes Públicos | € |
| RSI | € | Alimentação | € |
| Subsídio de Desemprego | € | Equipamentos Sociais de apoio à Família (Creche/ERPI/ entre outros) | € |
| Subsídio de Doença/Seguro | € | Outros Encargos | € |
| Fundo de Garantia | € | | € |
| Outros (bens imobiliários, rendas temporárias ou vitalícias, | € | Total | € |

4. TIPO DE APOIO PRETENDIDO

| COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS | MONTANTE | DOCUMENTOS COMPROVATIVOS | OBS. |
|--|-----------------|---------------------------------|-------------|
| Despesas relacionadas com habitação | € | | |
| Mensalidade nos equipamentos de apoio social | € | | |
| Aquisição de Medicamentos, meios complementares de diagnóstico, outras despesas de saúde | € | | |
| Despesas Educação | € | | |
| Despesas com alimentação e bens de primeira necessidade | € | | |
| Outros Apoios | € | | |
| Total | € | | |

5. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

REGULAMENTO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA SOCIAL EM SITUAÇÕES PANDÉMICAS E DE CALAMIDADE PÚBLICA

6. DOCUMENTOS A ENTREGAR

DOCUMENTOS (sempre que aplicável)

(Assinalar com X)

Formulário de Candidatura

Apresentação de documento de identificação civil: CC, Bilhete de Identidade, ou outro

Cópia do Número de Identificação Fiscal

Cópia de comprovativo a abastar a situação constante do n.º2 do artigo 9.º

Documento comprovativo de título de residência válido

Documento comprovativo da composição do agregado familiar emitido pela Junta de Freguesia da área de residência

Documento comprovativo da alteração da situação socioeconómica decorrente de situações previstas no presente Regulamento

Documento comprovativo dos rendimentos ou subsídios auferidos, a qualquer título, referente aos últimos 3 meses

Documento comprovativo de inscrição no Serviço de Emprego /IEFP da área de residência, em caso de situação de desemprego

Documento comprovativo dos encargos mensais, nomeadamente renda de casa ou prestação relativa a empréstimo bancário (nele se inclui seguro de vida, multirrisco e condomínios), água, eletricidade, gás, medicamentos e frequência de equipamento para apoio na área da infância, idosos e deficiência, referente aos últimos 3 meses

Documento comprovativo de eventuais apoios concedidos por outras entidades para o mesmo fim a que se reporta a candidatura e respetivos valores, caso o apoio seja concedido sob a forma de prestação pecuniária

Declaração de Não Dívida às Finanças

Declaração de Não Dívida à Segurança Social

Declaração de autorização para verificação de não dívida às CMV/NQ/SMV

Declaração sob compromisso de honra, sempre que se mostre impossível apresentar comprovativo referido na alínea g) e j)

Documento com indicação de IBAN

Outros documentos, quais?

TRATAMENTO DE DADOS:

De acordo com as disposições constantes do Regulamento Geral da Proteção de Dados - Regulamento EU 2016/679, aceito e autorizo de forma explícita e informada que os meus dados sejam objeto de tratamento nos moldes legalmente admissíveis.

Data: ___/___/___

DECLARAÇÃO COMPROMISSO DE HONRA:

Declaro tomar conhecimento e aceitar as condições do Regulamento Municipal de Emergência Social em Situações Pandémicas, Endémicas, de Calamidade Pública e outras situações que se configurem de emergência, assumindo por minha honra que as informações prestadas correspondem à verdade e que não benefício de quaisquer apoios análogos, concedidos por outras entidades para os mesmos fins. Declaro ainda, que autorizo a consulta a outras Entidades para confirmação das informações ora prestadas.

Pede Deferimento, _____ de _____ de _____

A Pessoa Requerente

A PREENCHER PELOS SERVIÇOS



NAZARÉ

RECIBO

Comprova-se que nesta data foi entregue a candidatura ao Regulamento Municipal de Emergência Social em Situações Pandémicas, Endémicas, de Calamidade Pública e outras situações que se configurem de emergência, referente à pessoa requerente

_____, com o n.º de processo _____.

Nazaré, ___ de ___ de _____

O/A FUNCIONÁRIO/A

ANEXO II

REGULAMENTO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA SOCIAL EM SITUAÇÕES PANDÉMICAS E DE CALAMIDADE PÚBLICA



FORMULÁRIO DE CANDIDATURA - Apoio nas despesas decorrentes da atividade física e desportiva das crianças e jovens

Processo N.º: ____/20__

Data: ____/____/____

1. DADOS DA CRIANÇA/JOVEM:

NOME COMPLETO _____

D. NASCIMENTO _____ SEXO _____ IDADE _____ ANOS _____

MORADA _____
CÓDIGO POSTAL _____ CONTACTO _____

BI/CC/PASSAPORTE/
T. RESIDÊNCIA/ OUTRO _____ NIF _____

NISS _____ SNS _____
ESCALÃO ABONO DE FAMÍLIA _____

Modalidade que a criança/jovem pratica _____
Clube/Associação/outro _____

Eu, pai/mãe/tutor legal da criança/jovem acima identificado/a, venho por este meio proceder à entrega da Candidatura ao Regulamento Municipal de Emergência Social em Situações Pandémicas, Endémicas, de Calamidade Pública ou outras situações que se configurem de emergência, à tipologia de apoio _____, fornecendo os elementos necessários para a competente avaliação da situação.

A Pessoa Requerente:

2. COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR

| IDENTIFICAÇÃO | D.N. | RELAÇÃO FAMILIAR | ESTADO CIVIL | SIT. OCUPACIONAL | ESCOLARIDADE | NACIONALIDADE | NATALIDADE |
|---------------|------|------------------|--------------|------------------|--------------|---------------|------------|
| CRIANÇA/JOVEM | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |
| | | | | | | | |

**REGULAMENTO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA SOCIAL EM SITUAÇÕES PANDÉMICAS
E DE CALAMIDADE PÚBLICA**

3. SITUAÇÃO ECONÓMICA DO AGREGADO FAMILIAR

| RENDIMENTOS MENSAIS | | DESPESAS MENSAIS | |
|---|---|---|---|
| Rendimento do trabalho | € | Renda/Prestação Casa/ condomínio | € |
| Pensão de Velhice | € | Seguros Obrigatórios da Habitação | € |
| Pensão de Invalidez (PSI) | € | Água | € |
| Pensão Social (PSI) | € | Electricidade | € |
| Pensão de Sobrevivência | € | Gás | € |
| Pensão de Alimentos | € | Educação (refeições/CAA /Internet/outras) | € |
| Outras Pensões | € | Mensalidades/Propinas E.Superior | € |
| C.S.I. | € | Transportes Públicos | € |
| RSI | € | Alimentação | € |
| Subsídio de Desemprego | € | Equipamentos Sociais de apoio à Família (Creche/ERPI/ entre outros) | € |
| Subsídio de Doença | € | Outros Encargos | € |
| Fundo de Garantia | € | | € |
| Outros (bens imobiliários, rendas temporárias ou vitalícias, etc...) | € | Total | € |

4. TIPO DE APOIO PRETENDIDO (Atividade Física/Desporto Federado)

| COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS | (Assinalar com X) | MONTANTE | DOCUMENTOS COMPROVATIVOS | obs. |
|---------------------------------|----------------------|----------|-----------------------------|------|
| Inscrição | | € | | |
| 1.ª Via do Cartão | | € | | |
| 2.ª Via do Cartão | | € | | |
| Seguro | | € | | |
| Mensalidade | | € | | |
| Seguro Desportivo | | € | | |
| Exame Médico Desportivo | | € | | |
| Equipamento Desportivo | | € | | |
| Total | | € | | |

5. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

| | | |
|---|-----|-----|
| É portador/a de Deficiência? | SIM | NÃO |
| Tem algum elemento do agregado familiar com mais de 65 anos? | SIM | NÃO |
| É família Monoparental? | SIM | NÃO |
| Tem estauto de Vítima de Violência Doméstica? | SIM | NÃO |
| É família Numerosa? | SIM | NÃO |

6. OBSERVAÇÕES:

REGULAMENTO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA SOCIAL EM SITUAÇÕES PANDÉMICAS E DE CALAMIDADE PÚBLICA

7. DOCUMENTOS A ENTREGAR

DOCUMENTOS (sempre que aplicável)

(Assinalar com X)

Formulário de Candidatura

Apresentação do Documento de Identificação Cif: CC, Bilhete de Identidade, ou outro
Cópia do Número de Identificação Fiscal

Cópia do comprovativo a abastar a situação constante do n.º2 do artigo 9.º

Documento comprovativo de título de residência válido

Documento comprovativo da composição do agregado familiar emitido pela Junta de Freguesia da área de residência

Documento comprovativo da alteração socioeconómica decorrente das situações previstas no presente Regulamento

Documento comprovativo dos rendimentos ou subsídios auferidos, a qualquer título, referente aos últimos três meses

Documento comprovativo de inscrição no Serviço de Emprego/IEFP da área de residência, em caso de situação de desemprego

Documento comprovativo dos encargos mensais, nomeadamente renda de casa ou prestação relativa a empréstimo bancário (nele se inclui seguro de vida, multirisco e condomínios), água, eletricidade, gás, medicamentos e frequência de equipamento para apoio na área da infância, idosos e deficiência, referente aos últimos 3 meses

Documento comprovativo de eventuais apoios concedidos por outras entidades para o mesmo fim a que se reporta a candidatura e respetivos valores, caso o apoio seja concedido sob a forma de prestação pecuniária

Dedaração de Não Dívida às Finanças

Dedaração de Não Dívida à Segurança Social

Dedaração de autorização para verificação de não dívida às CMVM/C/SMN

Dedaração emitida pela Entidade (Associação, Clube, Autarquia, entre outras) que prestará o serviço físico/desportivo, a comprovar a intenção de criança/jovem em frequentar a(s) atividade(s)/modalidade(s)

Outros Documentos que, sendo solicitados, comprovem a necessidade de atribuição do presente apoio.

Documento com indicação do IBAN

TRATAMENTO DE DADOS:

De acordo com as disposições constantes do Regulamento Geral da Proteção de Dados - Regulamento EU 2016/679, aceito e autorizo de forma explícita e informada que os meus dados sejam objeto de tratamento nos moldes legalmente admissíveis.

Data: ___/___/___

DECLARAÇÃO COMPROMISSO DE HONRA:

Declaro tomar conhecimento e aceitar as condições do Regulamento Municipal de Emergência Social em Situações Pandémicas, Endémicas, de Calamidade Pública e outras situações que se configurem de emergência, assumindo por minha honra que as informações prestadas correspondem à verdade e que não benefício de quaisquer apoios análogos, concedidos por outras entidades para os mesmos fins. Declaro ainda, que autorizo a consulta a outras Entidades para confirmação das informações ora prestadas.

Pede Deferimento, _____ de _____ de _____

A Pessoa Requerente

A PREENCHER PELOS SERVIÇOS



RECIBO

Comprova-se que nesta data foi entregue a candidatura ao Regulamento Municipal de Emergência Social em Situações Pandémicas e de Calamidade Pública, referente à pessoa requerente

_____, com o n.º de processo
_____/_____.

Nazaré, ___ de ___ de _____

O/A FUNCIONÁRIO/A

ANEXO III

REGULAMENTO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA SOCIAL EM SITUAÇÕES PANDÉMICAS E DE CALAMIDADE PÚBLICA



FORMULÁRIO DE CANDIDATURA -
Apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social e equiparadas, de Proteção e Socorro, outras Entidades Sem Fins Lucrativos

Processo N.º: ____/20____

Data: ____/____/____

Ex. mo Senhor Presidente da Câmara Municipal

1. DADOS DA IPSS OU EQUIPARADA:

| | | | |
|------------------------------|---------------------|-------------------|------------------------|
| IDENTIFICAÇÃO | [REDACTED] | | |
| DATA DE CONSTITUIÇÃO | [REDACTED] | NIPC | [REDACTED] |
| MORADA | [REDACTED] | | |
| CÓDIGO POSTAL | [REDACTED] | CONTACTO | [REDACTED] |
| IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL | [REDACTED] | | CARGO [REDACTED] |
| ÁREA DE ATUAÇÃO | INFÂNCIA [REDACTED] | IDOSOS [REDACTED] | DEFICIÊNCIA [REDACTED] |

Eu, acima identificado, venho por este meio proceder à entrega da Candidatura ao Regulamento Municipal de Emergência Social em Situações Pandémicas, Endémicas, de Calamidade Pública entre outras situações que se configurem de emergência, à tipologia de apoio _____, fornecendo os elementos necessários para a competente avaliação da situação.

O/A REPRESENTANTE DA INSTITUIÇÃO

2. CONDIÇÕES PARA ATRIBUIÇÃO DO APOIO FINANCEIRO:

| | SIM | NÃO |
|---|------------|------------|
| Desenvolver a sua atividade nas áreas de intervenção social de reconhecido interesse municipal | [REDACTED] | [REDACTED] |
| Pertencer ao Conselho Local de Ação Social (CLAS) DA Rede Social da Nazaré | [REDACTED] | [REDACTED] |
| Redução dos fundos e receitas anuais da instituição, devido às situações previstas no presente Regulamento; esta redução deverá ser consequência da diminuição do valor dos donativos, das quotizações de associados ou das participações dos utentes, sendo que, o valor desta redução deverá ser de, pelo menos, 20% face ao orçamento anterior | [REDACTED] | [REDACTED] |
| Aumento excecional na procura dos serviços prestados pela instituição; este aumento deverá estar relacionado com o agravamento de vida dos utentes ou destinatários, sendo que este aumento, deverá ser de, pelo menos, 15% face ao anterior | [REDACTED] | [REDACTED] |
| O pedido se destine a realização de pequenas obras, não estruturantes, urgentes e inadiáveis em equipamento social localizado no concelho da Nazaré | [REDACTED] | [REDACTED] |

3. CRITÉRIOS PARA ATRIBUIÇÃO DO APOIO:

| | SIM | NÃO |
|--|------------|------------|
| Ter os seus 2 últimos relatórios e contas devidamente aprovados, ou na sua falta, por motivos inerentes às situações previstas no presente Regulamento, declaração sob compromisso de honra do presidente da direção | [REDACTED] | [REDACTED] |
| Demonstrar que o seu modelo de gestão financeira é adequado à atividade desenvolvida e que, em situação normal, é sustentável; | [REDACTED] | [REDACTED] |
| Não ter recebido, no mesmo ano e para o mesmo objeto e finalidade, qualquer outro apoio extraordinário de entidades públicas ou privadas | [REDACTED] | [REDACTED] |

4. DOCUMENTOS A ENTREGAR

DOCUMENTOS (sempre que aplicável)

(Assinalar com X)

Formulário de candidatura

Declaração do Presidente da Assembleia Geral da Entidade requerente do número efetivo de associados

Cópia dos 2 últimos Relatórios de Contas e do Relatório de Atividades referentes ao penúltimo e último ano anteriores ao pedido do apoio, devidamente comprovados por um TOC

Informação técnica sobre a Instituição: n.º de valências, utentes, funcionários, lista de espera, entre outras informações

Declaração de não dívida às Finanças e/ou autorização ao Município da Nazaré para consultar a situação da entidade requerente

Declaração de não dívida à Segurança Social e/ou autorização ao Município da Nazaré para consultar a situação da entidade requerente

Declaração de autorização para verificação de não dívida às CMN/NQ/SMN

Outros documentos que, sendo solicitados, comprovem a necessidade de atribuição do presente apoio

TRATAMENTO DE DADOS:

De acordo com as disposições constantes do Regulamento Geral da Proteção de Dados - Regulamento EU 2016/679, aceito e autorizo de forma explícita e informada que os meus dados sejam objeto de tratamento nos moldes legalmente admissíveis.

Data: ____/____/____

DECLARAÇÃO COMPROMISSO DE HONRA:

Declaro tomar conhecimento e aceitar as condições do Regulamento Municipal de Emergência Social em Situações Pandémicas, Endémicas, de Calamidade Pública e outras situações que se configurem de emergência, assumindo por minha honra que as informações prestadas correspondem à verdade e que a Instituição que ora represento não beneficia de quaisquer apoios análogos, concedidos por outras entidades para os mesmos fins. Declaro ainda, que autorizo a consulta a outras Entidades para confirmação das informações ora prestadas.

Pede Deferimento, _____, de _____ de _____

O/A REPRESENTANTE DA ENTIDADE

A PREENCHER PELOS SERVIÇOS



NAZARÉ

RECIBO

Comprova-se que nesta data foi entregue a candidatura ao Regulamento Municipal de Emergência Social em Situações Pandémicas, Endémicas, de Calamidade Pública entre outras que se configurem de emergência, referente à Entidade _____

_____, com o n.º de processo _____.

Nazaré, ____ de _____ de _____

O/A FUNCIONÁRIO/A

ANEXO IV

REGULAMENTO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA SOCIAL EM SITUAÇÕES PANDÉMICAS E DE CALAMIDADE PÚBLICA



NAZARÉ

FORMULÁRIO DE CANDIDATURA -
Apoio aos Clubes, Coletividades e Associações Desportivas

Processo N.º: ____/20____

Data: ____/____/____

Ex. mo Senhor Presidente da Câmara Municipal

1. DADOS DO CLUBE/COLETIVIDADE/ ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA:

| | | | |
|------------------------------|-------|----------|-------|
| IDENTIFICAÇÃO | _____ | | |
| DATA DE CONSTITUIÇÃO | _____ | MIPC | _____ |
| MORADA | _____ | | |
| CÓDIGO POSTAL | _____ | CONTACTO | _____ |
| IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL | _____ | CARGO | _____ |
| MODALIDADE DESPORTIVA | _____ | | |

Eu, acima identificado, venho por este meio proceder à entrega da Candidatura ao Regulamento Municipal de Emergência Social em Situações Pandémicas, Endémicas, de Calamidade Pública entre outras que se configurem de emergência, à tipologia de apoio _____, fornecendo os elementos necessários para a competente avaliação da situação.

O/A REPRESENTANTE DO
CLUBE/COLETIVIDADE/ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA

2. CONDIÇÕES PARA ATRIBUIÇÃO DO APOIO FINANCEIRO:

| | SIM | NÃO |
|---|-------|-------|
| Desenvolver a sua atividade nas áreas do desporto e de reconhecido interesse municipal | _____ | _____ |
| Redução dos fundos e receitas anuais da instituição, devido às situações previstas no presente Regulamento; esta redução deverá ser consequência da diminuição do valor dos donativos, das quotizações de associados ou das participações dos utentes, sendo que, o valor desta redução deverá ser de, pelo menos, 20% face ao orçamento anterior | | |
| Verificar-se a inatividade dos escalões de formação, devido às normas impostas pelas Entidades competentes | | |

3. CRITÉRIOS PARA ATRIBUIÇÃO DO APOIO:

| | SIM | NÃO |
|--|-------|-------|
| Ter os seus relatórios e contas devidamente aprovados, ou na sua falta, por motivos inerentes à situação pandémica e de calamidade pública, declaração sob compromisso de honra do presidente da direção | _____ | _____ |
| Demonstrar que o seu modelo de gestão financeira é adequado à atividade desenvolvida e que, em situação normal, é sustentável | | |

REGULAMENTO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA SOCIAL EM SITUAÇÕES PANDÉMICAS E DE CALAMIDADE PÚBLICA

4. DOCUMENTOS A ENTREGAR

DOCUMENTOS (sempre que aplicável)

(Assinalar com X)

Formulário de candidatura

Declaração do Presidente da Assembleia Geral da Entidade requerente do número efetivo de associados

Cópia dos 2 últimos Relatório de Contas e do Relatório de Atividades referentes ao penúltimo e último anos anteriores ao pedido do apoio, devidamente comprovados por um TOC

Declaração do Presidente da Direção da entidade requerente com o número efetivo de agentes desportivos envolvidos nas atividades - dirigentes, treinadores, atletas, entre outros;

Declaração de não dívida às Finanças e/ou autorização ao Município da Nazaré para consultar a situação da entidade requerente

Declaração de não dívida à Segurança Social e/ou autorização ao Município da Nazaré para consultar a situação da entidade requerente

Declaração de autorização para verificação de não dívida às CMN/NQ/SMN

Outros documentos que, sendo solicitados, comprovem a necessidade de atribuição do presente apoio

TRATAMENTO DE DADOS:

De acordo com as disposições constantes do Regulamento Geral da Proteção de Dados - Regulamento EU 2016/679, aceito e autorizo de forma explícita e informada que os meus dados sejam objeto de tratamento nos moldes legalmente admissíveis.

Data: ____/____/____

DECLARAÇÃO COMPROMISSO DE HONRA:

Declaro tomar conhecimento e aceitar as condições do Regulamento Municipal de Emergência Social em Situações Pandémicas, Endémicas, de Calamidade Pública e outras situações que se configurarem de emergência, assumindo por minha honra que as informações prestadas correspondem à verdade e que a Instituição que ora represento não beneficia de quaisquer apoios análogos, concedidos por outras entidades para os mesmos fins. Declaro ainda, que autorizo a consulta a outras Entidades para confirmação das informações ora prestadas.

Pede Deferimento, _____, de _____ de _____

O/A REPRESENTANTE DO
CLUBE/COLETIVIDADE/ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA

A PREENCHER PELOS SERVIÇOS



NAZARÉ

RECIBO

Comprova-se que nesta data foi entregue a candidatura ao Regulamento Municipal de Emergência Social em Situações Pandémicas, Endémicas, de Calamidade Pública entre outras que se configurem de emergência, referente ao Clube/Coletividade/Associação Desportiva _____

_____, com o n.º de processo _____

Nazaré, ____ de _____ de _____

O/A FUNCIONÁRIO/A

ANEXO V

REGULAMENTO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA SOCIAL EM SITUAÇÕES PANDÉMICAS
E DE CALAMIDADE PÚBLICA



NAZARÉ

FORMULÁRIO DE CANDIDATURA -
Apoio às Coletividades e Associações Recreativas e
Culturais

Processo N.º: ____/20____

Data: ____/____/____

Ex. mo Senhor Presidente da Câmara Municipal

1. DADOS DA COLETIVIDADE/ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL:

IDENTIFICAÇÃO

DATA DE
CONSTITUIÇÃO

NIPC

MORADA
CÓDIGO POSTAL

CONTACTO

IDENTIFICAÇÃO DO
RESPONSÁVEL

CARGO

ATIVIDADE DESENVOLVIDA

Eu, acima identificado, venho por este meio proceder à entrega da Candidatura ao Regulamento Municipal de Emergência Social em Situações Pandémicas e de Calamidade Pública, à tipologia de apoio _____, fornecendo os elementos necessários para a competente avaliação da situação.

O/A REPRESENTANTE DA COLETIVIDADE/ASSOCIAÇÃO
RECREATIVA E CULTURAL

2. CONDIÇÕES PARA ATRIBUIÇÃO DO APOIO FINANCEIRO:

SIM

NÃO

Desenvolver a sua atividade na área cultural e recreativa de reconhecido interesse municipal

Redução dos fundos e receitas anuais da instituição, devido às situações previstas no presente Regulamento; esta redução deverá ser consequência da diminuição do valor dos donativos, das quotizações de associados ou das participações dos utentes, sendo que, o valor desta redução deverá ser de, pelo menos, 20% face ao orçamento anterior

Verificar-se a não realização das ações do Plano de Atividades, que deverá estar relacionada com as imposições legais e/ou estruturais decorrentes das situações previstas no presente Regulamento

3. CRITÉRIOS PARA ATRIBUIÇÃO DO APOIO:

SIM

NÃO

Ter os seus relatórios e contas devidamente aprovados, ou na sua falta, por motivos inerentes à situação pandémica e de calamidade pública, declaração sob compromisso de honra do presidente da direção

Demonstrar que o seu modelo de gestão financeira é adequado à atividade desenvolvida e que, em situação normal, é sustentável

**REGULAMENTO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA SOCIAL EM SITUAÇÕES PANDÉMICAS
E DE CALAMIDADE PÚBLICA**

4. DOCUMENTOS A ENTREGAR

DOCUMENTOS (sempre que aplicável)

(Assinalar com X)

Formulário de candidatura

Declaração do Presidente da Assembleia Geral da Entidade requerente do número efetivo de associados

Cópia do Relatório de Contas e do Relatório de Atividades referentes ao penúltimo e último ano anteriores ao pedido do apoio, devidamente comprovados por um TOC

Declaração de não dívida às Finanças e/ou autorização ao Município da Nazaré para consultar a situação da entidade requerente

Declaração de não dívida à Segurança Social e/ou autorização ao Município da Nazaré para consultar a situação da entidade requerente

Declaração de autorização para verificação de não dívida às CMN/NO/SMN

Outros documentos que, sendo solicitados, comprovem a necessidade de atribuição do presente apoio

TRATAMENTO DE DADOS:

De acordo com as disposições constantes do Regulamento Geral da Proteção de Dados - Regulamento EU 2016/679, aceito e autorizo de forma explícita e informada que os meus dados sejam objeto de tratamento nos moldes legalmente admissíveis.

Data: ____/____/____

DECLARAÇÃO COMPROMISSO DE HONRA:

Declaro tomar conhecimento e aceitar as condições do Regulamento Municipal de Emergência Social em Situações Pandémicas, Endémicas, de Calamidade Pública e outras situações que se configurem de emergência, assumindo por minha honra que as informações prestadas correspondem à verdade e que a instituição que ora represento não beneficia de quaisquer apoios análogos, concedidos por outras entidades para os mesmos fins. Declaro ainda, que autorizo a consulta a outras Entidades para confirmação das informações ora prestadas.

Pede Deferimento, _____, de _____ de _____

**O/A REPRESENTANTE DA COLETIVIDADE/ASSOCIAÇÃO
RECREATIVA E CULTURAL**

A PREENCHER PELOS SERVIÇOS



NAZARÉ

RECIBO

Comprova-se que nesta data foi entregue a candidatura ao Regulamento Municipal de Emergência Social em Situações Pandémicas, Endémicas, de Calamidade Pública entre outras situações que se configurem de emergência, referente à _____
Coletividade/Associação Recreativa e Cultural

_____, com o n.º de processo

_____/_____.

Nazaré, ____ de ____ de _____

O/A FUNCIONÁRIO/A

**MUNICÍPIO DA NAZARÉ****Regulamento n.º 389/2021**

Sumário: Regulamento Municipal de Emergência Social em Situações Pandémicas e de Calamidade Pública do concelho da Nazaré.

Torna-se público que a Assembleia Municipal da Nazaré deliberou, na sua sessão de 9 de abril de 2021, conforme proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião ordinária do dia 26 de março de 2021, aprovar o Regulamento Municipal de Emergência Social em Situações Pandémicas e de Calamidade Pública, que, em cumprimento do estatuído no artigo 139.º do Novo Código do Procedimento Administrativo, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, agora se publica.

O presente regulamento foi, previamente à sua aprovação, objeto de período de consulta pública, que teve início no dia 3 de fevereiro de 2021 e fim em 16 de março de 2021.

Torna-se, ainda, público que o presente Regulamento entra em vigor no 1.º dia útil seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*.

20 de abril de 2021. — O Presidente da Câmara Municipal da Nazaré, *Walter Manuel Cavaleiro Chicharro*.

**Regulamento Municipal de Emergência Social em Situações
Pandémicas e de Calamidade Pública**

Nota justificativa

O Município da Nazaré, no âmbito da situação pandémica que o país e o mundo atravessam desde março de 2020, tem vindo a implementar medidas de prevenção com vista à redução do risco de contágio e a implementar programas e projetos, de apoio à comunidade, de mitigação dos efeitos causados pela pandemia, nomeadamente, os seus impactos socioeconómicos que se traduzem no aumento da taxa de desemprego e da precariedade laboral, no decréscimo da produtividade e da atividade económica e, conseqüentemente, na diminuição de rendimentos nas famílias e no agravamento das condições financeiras e sociais. É um facto que, cada vez mais, os organismos públicos e privados têm de estar preparados para dar uma resposta concreta e efetiva, em situações idênticas ou similares à que temos vindo a atravessar. São contextos que trazem grandes desafios, e que evidenciam as fragilidades socioeconómicas de um país, de uma comunidade. A Organização Mundial de Saúde, tem vindo a alertar que situações destas, serão cada vez mais frequentes, pelo que, importa que, localmente, se adote um conjunto de medidas que, de alguma forma, nos permitam dar resposta em tempo útil à nossa população, pois, importa acautelar, os novos contextos socioeconómicos, não obstante as respostas prestadas por um Governo ou por uma Autarquia e pelos parceiros sociais e demais entidades públicas e privadas, tornando-se imperativa a necessidade do reforço das respostas a nível social. Neste sentido, o presente regulamento tem o intuito de minimizar os impactos socioeconómicos desta, e de futuras pandemias ou situações de calamidade pública, nomeadamente através da atribuição de subsídios para apoio às famílias afetadas pela drástica redução de rendimentos advinda das referidas situações, para pagamentos de bens e serviços essenciais, nomeadamente alimentação, habitação, água e energia, despesas de saúde e educação, de equipamentos sociais, cuja atribuição deve obedecer a um conjunto de regras uniformes que garanta os princípios gerais de direito; apoio às famílias, no que concerne à atividade física e do desporto às crianças e jovens, por motivos de preservação da saúde física e mental; apoio às instituições sem fins lucrativos, que são gravemente afetadas por estes contextos desfavoráveis, e que, não obstante as dificuldades, têm de manter as suas respostas à população. Para mais, considera-se, igualmente, importante o apoio às Associações Desportivas e Culturais, pois estas são o garante da dinâmica social de uma comunidade, promotoras da cidadania, de estilos de vida saudáveis, de bem-estar e saúde social. Os custos associados à implementação



destas medidas são, até ao presente momento, difíceis de avaliar e prever, atendendo às graves repercussões, presentes e futuras, e às especificidades dos contextos acima referidos, acresce ainda, o facto da inexistência de experiência anterior que permitisse ser usada como exemplo. O custo é controlado à partida, pela verba inscrita no orçamento municipal que, poderá vir a ser revista em caso de necessidade, face à pertinência de desenvolver localmente medidas de mitigação dos efeitos causados por estes contextos no Município da Nazaré. O apoio financeiro resultante da aplicação do presente Regulamento depende da análise socioeconómica da situação concreta, a qual fundamentará a decisão da Câmara Municipal da Nazaré. Numa lógica de custo/benefício indissociável da entrada em vigor do presente Regulamento, e considerando que a sua natureza tem um claro intuito social, importa aqui destacar que a latitude das medidas nele consagradas têm como objetivo central a devida clarificação e operacionalização do conjunto de conceitos e ou soluções procedimentais, legalmente consagradas, clarificação essa que irá, seguramente, beneficiar a simplificação da aprovação e execução dos procedimentos administrativos em causa. Sendo inquestionável, para o efeito, que os custos centrados nesses procedimentos estão, manifestamente, associados ao apoio financeiro que será concedido pelo Município. Decorreu a prévia constituição de interessados de acordo com o estatuído no n.º 1 do artigo 98.º do CPA, entre 6 e 20 de novembro de 2020, não tendo existido qualquer registo, bem como a Consulta Pública, de acordo com o n.º 1 do artigo 101.º do CPA, que decorreu entre 3 de fevereiro e 16 de março do presente, sendo os contributos analisados e enquadrados no presente Regulamento. Assim, a Assembleia Municipal de Nazaré, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa, do artigo 135.º e seguintes do Código do Procedimento Administrativo, do n.º 1 e das alíneas c) k) e n) do n.º 2 do artigo 23.º, da alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos da alínea k) e das alíneas ee), qq) e rr) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro aprova em sessão ordinária realizada em 09 de abril de 2021, o Regulamento Municipal de Emergência Social em Situações Pandémicas e de Calamidade Pública, que segue infra.

CAPÍTULO I

Disposições comuns

Artigo 1.º

Lei habilitante

Os apoios previstos no presente Regulamento são aprovados ao abrigo da alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Artigo 2.º

Objeto e âmbito de aplicação

1 — As presentes normas visam definir a constituição e o enquadramento normativo do Regulamento Municipal de Emergência Social em Situações Pandémicas e de Calamidade Pública no que concerne:

a) Ao apoio económico a agregados familiares em situação de comprovada carência económica, em virtude das consequências associadas aos supramencionados contextos, traduzindo-se num apoio financeiro de carácter excecional e temporário, para fazer face ao pagamento de bens e serviços essenciais, nomeadamente alimentação, habitação, água, energia, despesas de saúde e educação, de equipamentos sociais;

b) Ao apoio na prática da atividade física e do desporto das crianças e jovens, cujos agregados familiares se encontrem em situação de comprovada vulnerabilidade socioeconómica, numa perspetiva de preservação da saúde física e mental;



c) Ao apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e outras entidades sem fins lucrativos que realizem atividades eminentemente sociais e que atuem no Concelho da Nazaré e que, por causa dos contextos acima referidos, tenham sofrido um acréscimo de procura ou a diminuição da sua capacidade de resposta;

d) Ao apoio aos Clubes, Coletividades e Associações Desportivas sem fins lucrativos do Concelho da Nazaré, que devido aos referidos contextos, se vejam confrontados com quebras de receita, por terem sido impedidos de realizar a sua atividade regular;

e) Ao apoio às Coletividades e Associações Recreativas e Culturais sem fins lucrativos, do Concelho da Nazaré, que devido aos referidos contextos, por terem sido impedidas de realizar a sua atividade regular, tenham sofrido alterações ao seu orçamento anual.

2 — É condição, no âmbito do presente apoio, que os beneficiários não tenham quaisquer dívidas para com a Câmara Municipal da Nazaré, Serviços Municipalizados da Nazaré, Empresa Municipal “Nazaré Qualifica”, Segurança Social e Autoridade Tributária, sendo a apresentação de certidão de não dívida obrigatória.

3 — As situações de comprovada vulnerabilidade socioeconómica/dificuldade de manutenção de atividade, que não tenham tido origem no âmbito das situações previstas, deverão solicitar apoio ao abrigo de outros Regulamentos Municipais em vigor, ou das medidas de apoio implementadas pelo Estado.

4 — A verba inscrita anualmente no orçamento do Município, para este fim, constitui o limite máximo anual a atribuir nestes apoios, podendo ser reforçada, em caso de necessidade.

5 — As presentes normas regem-se pelos princípios da subsidiariedade, articulação e concertação.

Artigo 3.º

Conceitos

Para efeitos do presente Regulamento Municipal considera-se:

a) «Agregado familiar», o conjunto de pessoas constituído, pelo cônjuge ou pessoa que viva em união de facto há mais de dois anos, pelos parentes ou afins em linha reta ou até ao 3.º grau da linha colateral, adotados restritamente e os menores confiados administrativamente ou judicialmente a algum dos elementos do agregado familiar;

b) “Apoio económico”, montante de carácter pecuniário concedido a título excecional e pontual;

c) “Emergência social”, situação de grave carência económica resultante de insuficiência de rendimentos do agregado familiar, caracterizada pela impossibilidade de, pelos seus próprios meios, garantir a satisfação das necessidades básicas dos elementos que o integram ao nível da alimentação, habitação, água, energia, despesas de saúde, de educação e de equipamentos sociais, ou potenciadora de eminente risco social, e para a qual são inexistentes ou manifestamente insuficientes os apoios de outras entidades, públicas ou privadas, com competência ou intervenção nas diversas áreas, designadamente, o Município da Nazaré, o Instituto de Segurança Social, I. P., e as Instituições Particulares de Solidariedade Social ou entidades a elas equiparadas;

d) “Rendimento mensal bruto”, o quantitativo que resulta da divisão por doze dos rendimentos anuais ilíquidos auferidos por todos os elementos do agregado familiar à data da apresentação da candidatura, incluindo as prestações familiares e sociais, com exceção do abono de família e da bonificação a crianças e jovens deficientes;

e) “Rendimento líquido *per capita*”, o quantitativo que resulta da divisão pelo número de elementos que compõem o agregado familiar do rendimento mensal bruto depois de deduzido os encargos calculados;

f) “IAS — Indexante dos Apoios Sociais” — o IAS constitui o referencial determinante da fixação, cálculo e atualização dos apoios e outras despesas e das receitas da administração central do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias Locais, qualquer que seja a sua natureza, previstos em atos legislativos ou regulamentares;



g) “Instituições Particulares de Solidariedade Social e equiparadas” — toda a Instituição legalmente constituída por iniciativa de particulares e sem fins lucrativos, com o propósito de dar expressão organizada ao dever moral de solidariedade e de justiça entre indivíduos e desde que não sejam administradas pelo Estado ou por um corpo autárquico;

h) “Clubes, Coletividades e Associações Desportivas” — toda a Entidade legalmente constituída por iniciativa de particulares e sem fins lucrativos, com o propósito de desenvolver a atividade física e/ou o desporto na população em geral no concelho da Nazaré e com Registo Municipal de Associações Desportivas válido;

i) “Coletividades e Associações Recreativas e Culturais” — toda a Entidade legalmente constituída por iniciativa de particulares e sem fins lucrativos, com o propósito de desenvolver a atividade sociocultural na população em geral, legalmente constituídas e com atividade no concelho da Nazaré.

Artigo 4.º

Obrigações dos beneficiários

1 — Constituem obrigações dos beneficiários dos apoios consubstanciados neste Regulamento:

a) Informar, previamente, a Câmara Municipal da Nazaré, de qualquer alteração à situação que invoquem aquando da formalização do pedido de apoio;

b) Não permitir a utilização do(s) apoio(s) por pessoas terceiras, nem para fim diverso daquele para o(s) qual(is) foi(rem) atribuído(s);

c) Apresentar os comprovativos de despesa, definidos no presente documento, relativamente ao(s) apoio(s) atribuído(s), após a sua liquidação/utilização;

d) Permitir a verificação das declarações prestadas, no caso do apoio às famílias em situação de vulnerabilidade socioeconómica, pela equipa do Gabinete de Ação Social, seja por entrevista para avaliação socioeconómica, visita domiciliária, entre outras que venham a verificar-se necessárias;

e) Permitir, no âmbito dos apoios atribuídos aos Clubes, Associações e Coletividades Desportivas e Culturais, o acompanhamento do protocolo que vier a ser celebrado, pela atribuição de apoio económico, por parte de equipa do Setor da Atividade Física e do Desporto;

f) Proceder, na sequência de notificação por parte dos serviços municipais, aos acertos a que haja lugar, no âmbito dos apoios recebidos, sempre que a verba exceda, em concreto, o valor do bem ou serviços;

2 — O desconhecimento, ou a má interpretação das presentes normas, não poderão ser invocadas para justificar o não cumprimento das suas disposições, nem isentam os infratores das sanções que lhes sejam imputáveis.

CAPÍTULO II

Das famílias

SECÇÃO I

Apoio aos agregados familiares em situação de vulnerabilidade socioeconómica

Artigo 5.º

Beneficiários

Pode ser beneficiário/a do apoio económico previsto neste Regulamento o cidadão ou a cidadã que cumpra, cumulativamente, as seguintes condições gerais:

a) Ser residente no concelho da Nazaré;

b) Ter idade igual ou superior a 18 anos ou com idade inferior, desde que se encontre emancipado/a;



- c) Disponibilize toda a documentação requerida pelos serviços, necessária à instrução e avaliação do processo;
- d) Comprove a alteração da situação socioeconómica decorrente das situações previstas neste Regulamento;
- e) Pertença a um agregado familiar cujo rendimento líquido *per capita* seja igual ou inferior a 50 % da retribuição mínima mensal garantida, adiante designado por RMMG;
- f) Não beneficie de outro apoio económico para o mesmo fim a que se destina o objeto do seu pedido.

Artigo 6.º

Deveres dos Beneficiários

Constituem deveres do/a candidato/a:

- a) Não prestar falsas declarações ou omitir informação relevante, quer no requerimento, quer ao longo do período a que se reporta os apoios;
- b) Comunicar à Câmara Municipal, no prazo máximo de dez dias, a contar da data do facto, todas as circunstâncias ocorridas posteriormente à notificação da deliberação de atribuição de apoio, que tenham produzido melhorias significativas na situação socioeconómica do agregado familiar, nomeadamente, aumento de rendimentos auferidos, obtenção de novo emprego, alterações da composição do agregado familiar ou mudança de residência que determine a redução dos inerentes encargos para o orçamento familiar;
- c) Fornecer toda a documentação solicitada e prestar com exatidão todos os esclarecimentos que sejam solicitados, nos prazos fixados.

Artigo 7.º

Despesas Elegíveis

1 — São consideradas despesas elegíveis e, como tal, passíveis de apoio económico, as despesas resultantes de:

- a) Despesas associadas à normal fruição da habitação, como sejam, designadamente, as associadas a renda, aos consumos de água, eletricidade e gás;
- b) Aquisição de medicamentos, meios complementares de diagnóstico, produtos de apoio e outras despesas de saúde, desde que acompanhadas de receita médica ou de guia terapêutico no caso de medicamentos;
- c) Despesas inerentes à frequência de equipamentos nas áreas da infância, idosos e deficiência;
- d) Despesas com educação, como sejam, material escolar e informático, propinas e comunicações essenciais no âmbito educativo, nomeadamente internet.

2 — Despesas com géneros alimentares, desde que não asseguradas pelo Programa Operacional de Apoio a Pessoas mais Carenciadas (POAPMC), Cantina Social, Loja Social da Junta de Freguesia da Nazaré ou outras entidades com resposta na comunidade, nomeadamente as responsáveis por Banco Alimentar.

3 — Despesas com bens de primeira necessidade, tais como fraldas, entre outros (crianças, idosos e deficientes).

4 — A prestação do apoio económico não é cumulativa, podendo dizer respeito apenas a uma das despesas referidas no número anterior.

Artigo 8.º

Apresentação e Instrução dos processos de candidatura

1 — Os processos de candidatura deverão, obrigatoriamente, ser entregues no Gabinete de Ação Social, doravante designado por GAS, mediante o preenchimento de impresso próprio (Anexo I),



disponibilizado no serviço supramencionado, ou no *site* do Município, www.cm-nazare.pt/formularios, devidamente preenchido e assinado pelos candidatos, sendo obrigatoriamente instruídos, sempre que aplicável, com os seguintes documentos:

- a) Apresentação do documento de identificação civil: cartão de cidadão ou bilhete de identidade;
- b) Cópia do número de identificação fiscal, sempre que aplicável;
- c) Documento comprovativo de residência;
- d) Documento comprovativo de título de residência válido;
- e) Documento comprovativo da composição do agregado familiar;
- f) Documento comprovativo da alteração socioeconómica decorrente das situações prevista neste Regulamento;
- g) Documento comprovativo dos rendimentos ou subsídios auferidos, a qualquer título, referente aos últimos três meses;
- h) Documento comprovativo de inscrição no Serviço de Emprego/IEFP da área de residência, em caso de situação de desemprego;
- i) Documento comprovativo dos encargos mensais, nomeadamente renda da casa ou prestação relativa ao empréstimo bancário (nele se inclui seguro de vida, multirrisco e condomínio), água, gás, eletricidade, medicamentos e frequência de equipamento para apoio na área da infância, idosos e deficiência, propinas, referente aos últimos três meses;
- j) Documento comprovativo de eventuais apoios concedidos por outras entidades para o mesmo fim a que se reporta a candidatura e respetivos valores, caso o apoio seja concedido sob a forma de prestação pecuniária, sempre que se justifique;
- k) Declaração de consentimento informado, relativa ao tratamento de dados pessoais;
- l) Documento com indicação do IBAN, caso se justifique;

2 — Sempre que se mostre impossível apresentar o comprovativo referido na alínea g) e j), do número anterior, deve ser apresentada declaração sob compromisso de honra.

3 — Em caso de dúvida sobre a veracidade das declarações apresentadas de rendimentos e despesas, poderão ser desenvolvidas diligências complementares que se considerem adequadas ao apuramento da situação socioeconómica do agregado familiar.

4 — O Município reserva-se o direito de solicitar ao candidato a prestação de esclarecimentos ou a apresentação de documentos complementares que entendam necessários, ou se mostrem facilitadores de uma mais adequada e objetiva análise da candidatura.

Artigo 9.º

Avaliação da situação socioeconómica

A avaliação da situação socioeconómica da pessoa requerente é baseada no rendimento líquido *per capita* do agregado familiar, com a aplicação da seguinte fórmula:

$$RLPC = \text{RAF} - \text{DFM}/N$$

em que:

- RLPC — Rendimento líquido *per capita*;
- RAF — Rendimento do agregado familiar;
- DFM — Despesas fixas mensais: (água; luz; gás; renda da casa ou prestação relativa a empréstimo bancário até ao limite máximo de € 500.00; despesas de saúde até ao limite de 100 €; frequência de equipamentos sociais até ao limite máximo de € 200.00;
- N — Número de elementos do agregado familiar.

Artigo 10.º

Análise e Processo de atribuição

1 — As candidaturas aos apoios económicos, no âmbito do presente Regulamento, são apreciadas pela equipa técnica do GAS do Município da Nazaré.



2 — É da competência da Câmara Municipal, o deferimento ou indeferimento da candidatura, com base na informação social prestada pela equipa técnica do GAS a quem competiu a respetiva apreciação e parecer emitido.

3 — Todos os/as requerentes são notificados/as, por escrito, da deliberação final.

Artigo 11.º

Apoio económico

1 — O limite máximo do apoio económico é atribuído em função dos escalões de posicionamento RMMG (Retribuição Mínima Mensal Garantida), definida a cada ano civil, face ao rendimento líquido *per capita*, de acordo com a seguinte tabela:

| Escalões de posicionamento RMMG | Limite máximo de apoio económico |
|--|----------------------------------|
| Escalão 1 — Capitação negativa | Dois IAS (*) |
| Escalão 2 — Entre 0,00 % e 15,748 % (até 100 €) | 80 % de dois IAS. |
| Escalão 3 — Entre 15,749 % e 35,496 % (de 100,01 € a 225,40 €) | 60 % de dois IAS. |
| Escalão 4 — entre 35,497 % e 50,00 % (de 225,41 € a 317,50 €) | 50 % de dois IAS. |
| > 50,00 % | Sem apoio económico. |

(*) Valor do IAS definido a cada ano civil.

2 — O apoio económico é atribuído de acordo com o definido no presente regulamento, é intransmissível e pode ser utilizado de uma só vez ou preferencialmente faseado, até ao limite máximo elegível.

Artigo 12.º

Pagamento do apoio económico

1 — Após a notificação da deliberação, o respetivo apoio económico será pago através de transferência bancária ou cheque.

2 — O/a beneficiário/a deve apresentar a cópia da fatura/recibo, comprovativa da despesa efetuada, devidamente discriminada, no âmbito do presente Regulamento, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

3 — O documento comprovativo da despesa pode ser entregue, presencialmente, no Gabinete de Ação Social ou para o correio eletrónico accasocial@cm-nazare.pt.

SECÇÃO II

Apoio nas despesas decorrentes da atividade física e desportiva das crianças e jovens

Artigo 13.º

Aplicação e benefícios

1 — O presente capítulo aplica-se aos/às munícipes do concelho da Nazaré, com idade igual ou inferior a 18 anos, cujo agregado familiar tenha um rendimento *per capita* inferior ao valor mínimo mensal das pensões do regime geral da Segurança Social (velhice, invalidez e sobrevivência), definidos a cada ano civil.

2 — Para além da condição expressa no número anterior, sempre que se verifique ser o caso, serão aplicadas as seguintes deduções específicas:

- 10 % do valor do Indexante dos Apoios Sociais, adiante designado IAS, por cada elemento do agregado familiar com deficiência;
- 10 % do valor do IAS por cada elemento do agregado familiar com idade igual ou superior a 65 anos;
- 20 % do IAS em caso de família monoparental;
- 20 % do IAS a vítima de violência doméstica, devidamente reconhecido pelo estatuto de vítima;
- 15 % do IAS em caso de família numerosa.



Artigo 14.º

Condições gerais de atribuição

1 — Constituem condições gerais de atribuição do presente apoio:

a) Que o agregado familiar da pessoa requerente esteja numa situação de vulnerabilidade socioeconómica, cujo rendimento mensal tenha sofrido alterações, decorrente das situações previstas no presente Regulamento.

b) Sejam apresentados todos os documentos solicitados para comprovar a situação de vulnerabilidade socioeconómica.

Artigo 15.º

Apresentação e Instrução de Candidatura

1 — Os processos de candidatura deverão, obrigatoriamente, ser entregues no GAS, mediante o preenchimento de impresso próprio (Anexo II), disponibilizado no serviço supramencionado, ou no *site* do Município, www.cm-nazare.pt/formularios, devidamente preenchido e assinado pelos candidatos/as, sendo obrigatoriamente instruídos, sempre que aplicável, com os seguintes documentos:

a) Apresentação do documento de identificação civil: cartão de cidadão ou bilhete de identidade;
b) Cópia do número de identificação fiscal, quando aplicável;
c) Declaração comprovativa do escalão de Abono de Família;
d) Cópia do comprovativo a atestar a situação constante no n.º 2 do artigo 13.º, quando aplicável;
e) Documentos comprovativos da alteração dos rendimentos do agregado familiar, nos últimos 3 meses;

f) Comprovativo dos apoios de Segurança Social: Rendimento Social de Inserção, Pensão de Invalidez, Pensão de Sobrevivência, entre outros, sempre que aplicável;

g) Comprovativo do agregado familiar mediante apresentação de documento emitido pela Junta de Freguesia da área de residência;

h) Declaração emitida pela entidade (associação, clube, autarquia, entre outras) que prestará o serviço físico/desportivo, a comprovar a intenção da pessoa candidata em frequentar a(s) atividade(s) que servem de base ao apoio pretendido no âmbito deste capítulo;

i) Outros documentos que, sendo solicitados, comprovem a necessidade de atribuição do presente apoio.

2 — Em caso de dúvida sobre a veracidade das declarações apresentadas de rendimentos e despesas, poderão ser desenvolvidas diligências complementares que se considerem adequadas ao apuramento da situação socioeconómica do agregado familiar.

3 — O Município reserva-se o direito de solicitar à pessoa requerente a prestação de esclarecimentos ou a apresentação de documentos complementares que entendam necessários, ou se mostrem facilitadores de uma mais adequada e objetiva análise da candidatura.

Artigo 16.º

Tipologia, Modalidade e Compartição dos Apoios

1 — Os apoios a atribuir no âmbito do presente capítulo obedecerão à seguinte tipologia, modalidade e comparticipação:

Atividades Físicas (Natação para crianças/jovens e FitandWell)

| | Escalão 1 | Escalão 2 |
|-------------------------|-----------|-----------|
| Inscrição | 80 % | 20 % |
| 1.ª Via do Cartão | 80 % | 20 % |
| 2.ª Via do Cartão | (*) 0 % | (*) 0 % |
| Seguro | 80 % | 20 % |



| | Escalão 1 | Escalão 2 |
|--------------------------------------|-----------|-----------|
| Mensalidade | 80 % | 20 % |
| Seguro desportivo | 80 % | 20 % |
| Exame médico desportivo | 80 % | 20 % |
| Equipamento desportivo (**). | 80 % | 20 % |

(*) De acordo com a tabela de taxas do Município da Nazaré, em vigor.

(**) Até ao limite máximo de 100 € por pessoa.

Desporto Federado (Andebol, Andebol de Praia, Atletismo, Basquetebol, Bodyboard, Futebol, Futebol de Praia, Futsal, Hóquei em Patins, JiuJitsu Brasileiro, Kickboxing, Natação, Patinagem Artística, Stand UpPaddle, Surf, Taekwondo, entre outros)

| | Escalão 1 | Escalão 2 |
|--------------------------------------|-----------|-----------|
| Inscrição | 80 % | 20 % |
| Mensalidade | 80 % | 20 % |
| Exame médico desportivo | 80 % | 20 % |
| Equipamento desportivo (*) | 80 % | 20 % |

(*) Até ao limite máximo de 100€ por pessoa.

2 — As candidaturas ao presente apoio poderão ser realizadas até os regimes excecionais decorrentes das situações previstas no presente Regulamento perdurarem.

3 — A comparticipação atribuída pelos escalões cessará no mês seguinte ao término desses regimes.

Artigo 17.º

Análise das candidaturas e decisão

1 — O processo de candidatura será analisado pelo GAS em estreita colaboração com o Setor da Atividade Física e do Desporto, doravante SAFD, departamentos da Câmara Municipal da Nazaré;

2 — O processo é atribuído a um(a) Técnico(a) Superior do GAS, que elaborará um relatório social com a avaliação e o diagnóstico da situação socioeconómica do agregado familiar da pessoa requerente;

3 — A verificação do enquadramento das despesas referentes aos apoios previstos neste capítulo ficará a cargo de um(a) Técnico(a) Superior do SAFD, que elaborará um relatório que definirá a validação das despesas apresentadas pelo requerente;

4 — Apurados todos os elementos e realizada a atribuição do Escalão (pelo GAS), o GAS ou o SAFD farão uma informação que será sujeita a despacho favorável do Senhor Presidente da Câmara Municipal ou Vereador com poderes delegados;

5 — Mediante o despacho favorável, o GAS ou o SAFD, deverão remeter o documento para deliberação em reunião camarária que, posteriormente, em caso de aprovação, deve ser encaminhado ao gabinete da contabilidade da autarquia, no sentido de ser processado ao respetivo pagamento à pessoa requerente.

Artigo 18.º

Banco de Material Desportivo

1 — O SAFD compromete-se a diligenciar no sentido de criar um banco de material desportivo, que congreue material de todas as modalidades praticadas no Concelho da Nazaré.

2 — Após o término dos regimes excecionais, as famílias que continuem a não ter condições económicas para proporcionar às suas crianças e jovens a prática da atividade física e desportiva, deverão, a título de empréstimo, solicitar o material necessário nesta resposta.



3 — O SAFD ficará responsável pela gestão desta resposta desportiva, e pela dinamização, junto dos respetivos Clubes e Associações, da recolha do material, devendo, igualmente, apelar à doação destes materiais junto da comunidade.

CAPÍTULO III

Das instituições de solidariedade social aos clubes/associações/ coletividades desportivas e culturais

SECÇÃO I

Apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social e equiparadas

Artigo 19.º

Condições para atribuição de apoio financeiro

1 — Os pedidos de apoio formulados pelas Instituições Particulares de Solidariedade Social, doravante IPSS's, e outras entidades sem fins lucrativos devem atender aos seguintes critérios cumulativos:

a) Desenvolver a sua atividade nas áreas de intervenção social de reconhecido interesse municipal;

b) No que se refere à gestão do seu orçamento anual a instituição deverá apresentar, pelo menos, uma das seguintes situações:

I) Verificar-se uma redução dos fundos e receitas anuais da instituição, devido às situações previstas no presente Regulamento; esta redução deverá ser consequência da diminuição do valor dos donativos, das quotizações de associados ou das participações dos utentes, sendo que, o valor desta redução deverá ser de, pelo menos, 30 % face ao orçamento anterior;

II) Verificar-se um aumento excecional na procura dos serviços prestados pela instituição; este aumento deverá estar relacionado com o agravamento de vida dos utentes ou destinatários, sendo que este aumento deverá ser de, pelo menos, 30 % face ao ano anterior.

2 — Poderá ser dispensado do cumprimento das situações anteriores, desde que o pedido se destine à realização de pequenas obras, não estruturantes, urgentes e inadiáveis em equipamento social localizado no concelho da Nazaré, designadamente decorrentes de imposição legal, desde que, cumulativamente:

a) O valor solicitado seja inferior a 15.000 € (quinze mil euros);

b) A entidade requerente não possuir capacidade financeira para as realizar;

c) Esteja em causa a manutenção de resposta social, e esta fique garantida com a realização das obras;

d) Não existam outros apoios financeiros para o efeito a que a Instituição se possa candidatar, ou quando estes existam, os prazos não sejam compatíveis com a necessidade verificada.

Artigo 20.º

Critérios para a atribuição do apoio

Para requerer o apoio previsto no presente capítulo, as instituições deverão:

a) Ter os seus relatórios e contas devidamente aprovados, ou na sua falta, por motivos inerentes à situação pandémica e de calamidade pública, declaração sob compromisso de honra do presidente da direção;



b) Demonstrar que o seu modelo de gestão financeira é adequado à atividade desenvolvida e que, em situação normal, é sustentável;

c) Não ter recebido, no mesmo ano e para o mesmo objeto e finalidade, qualquer outro apoio extraordinário de entidades públicas ou privadas;

d) As entidades só podem candidatar-se a este apoio, enquanto vigorarem as medidas excecionais face às situações previstas no presente Regulamento.

Artigo 21.º

Apresentação e Instrução dos processos de candidatura

1 — Os processos de candidatura deverão, obrigatoriamente, ser entregues no GAS, mediante o preenchimento de impresso próprio (Anexo III), disponibilizado no serviço supramencionado, ou no *site* do Município, www.cm-nazare.pt/formularios, devidamente preenchido e assinado pelo/a representante da Entidade, sendo obrigatoriamente instruídos, sempre que aplicável, com os seguintes documentos:

a) Declaração do Presidente da Assembleia Geral da entidade requerente do número efetivo de associados;

b) Cópia do Relatório de Contas e do Relatório de Atividades referentes ao penúltimo ano anterior ao pedido de apoio, devidamente comprovados por um Técnico Oficial de Contas;

c) Cópia do Relatório de Contas e do Relatório de Atividades referentes ao último ano anterior ao pedido de apoio, devidamente comprovados por um Técnico Oficial de Contas;

d) Declaração de não dívida às Finanças e/ou autorização ao Município da Nazaré para consultar a situação da entidade requerente;

e) Declaração de não dívida à Segurança Social e/ou autorização ao Município da Nazaré para consultar a situação da entidade requerente;

f) Outros documentos que, sendo solicitados, comprovem a necessidade de atribuição do presente apoio.

2 — Em caso de dúvida sobre a veracidade das declarações apresentadas de rendimentos e despesas, poderão ser desenvolvidas diligências complementares que se considerem adequadas ao apuramento da situação.

3 — O Município reserva-se o direito de solicitar à Entidade a prestação de esclarecimentos ou a apresentação de documentos complementares que entendam necessários, ou se mostrem facilitadores de uma mais adequada e objetiva análise da candidatura.

Artigo 22.º

Fases e regras do apoio financeiro

1 — O apoio financeiro decorre de decisão da Câmara Municipal da Nazaré, sendo atribuído mediante a celebração de Protocolo, nos termos do qual as entidades beneficiárias se obrigam a manter a atividade desenvolvida, cujo comprometimento justificou a respetiva atribuição, por período não inferior a 1 ano;

2 — O apoio financeiro é efetuado através de transferência bancária ou cheque.

Artigo 23.º

Limites máximos do apoio financeiro extraordinário

1 — O apoio financeiro tem como limite o valor de 15.000 € quando a entidade requerente não gerir equipamentos sociais e 25.000 € quando a entidade requerente for responsável pela gestão de equipamentos sociais cuja capacidade de resposta careça de intervenção urgente.

2 — Poderá ser atribuído um valor máximo de 15.000 €, para realização de pequenas obras, não estruturantes, urgentes e inadiáveis em equipamento social.



3 — Não poderão receber o presente apoio se receberam, no mesmo ano e para o mesmo objeto e finalidade, outro apoio de entidades públicas ou privadas, que lhes proporcionem o desejável equilíbrio financeiro.

SECÇÃO II

Apoio aos Clubes, Coletividades e Associações Desportivas

Artigo 24.º

Condições para atribuição de apoio financeiro

1 — Os pedidos de apoio formulados pelos Clubes, Coletividades e Associações Desportivas devem atender aos seguintes critérios cumulativos:

a) Desenvolver a sua atividade na área do desporto e com reconhecido interesse municipal;
b) No que se refere à gestão do seu orçamento anual os Clubes, Coletividades e Associações Desportivas deverão apresentar, pelo menos, uma das seguintes situações:

I) Verificar-se uma redução dos fundos e receitas, devido às situações previstas no presente Regulamento; esta redução deverá ser consequência da diminuição do valor dos donativos, das quotizações de associados ou das participações dos atletas, sendo que, o valor desta redução deverá ser de, pelo menos, 20 % face ao orçamento anterior;

II) Verificar-se a inatividade dos escalões de formação, devido às normas impostas pelas entidades competentes.

2 — Sempre que se mostre impossível apresentar o comprovativo referido no número anterior, deve ser apresentada declaração sob compromisso de honra.

Artigo 25.º

Critérios para a atribuição do apoio

Para requerer o apoio previsto no presente capítulo, as instituições deverão:

a) Ter os seus relatórios e contas devidamente aprovados, ou na sua falta, por motivos inerentes à situação pandémica e de calamidade pública, declaração sob compromisso de honra do presidente da direção;

b) Não ter recebido, no mesmo ano e para o mesmo objeto e finalidade, qualquer outro apoio extraordinário de entidades públicas ou privadas;

c) As entidades só podem candidatar-se a este apoio, enquanto vigorarem as medidas excecionais, no âmbito das situações previstas no presente Regulamento.

Artigo 26.º

Apresentação e Instrução dos processos de candidatura

1 — Os processos de candidatura deverão, obrigatoriamente, ser entregues no SAFD, mediante o preenchimento de impresso próprio (Anexo IV), disponibilizado no serviço supramencionado, ou no *site* do Município, www.cm-nazare.pt/formularios, devidamente preenchido e assinado pelo/a responsável da Entidade, sendo obrigatoriamente instruídos, sempre que aplicável, com os seguintes documentos:

a) Declaração do Presidente da Assembleia Geral da entidade requerente do número efetivo de associados;

b) Cópia do Relatório de Contas e do Relatório de Atividades referentes ao penúltimo ano anterior ao pedido de apoio, devidamente comprovados por um Técnico Oficial de Contas;



c) Cópia do Relatório de Contas e do Relatório de Atividades referentes ao último ano ao pedido de apoio, devidamente comprovados por um Técnico Oficial de Contas;

d) Declaração do Presidente da Direção da entidade requerente do número efetivo de agentes desportivos envolvidos nas atividades — dirigentes, treinadores, atletas, entre outros;

e) Declaração de não dívida às Finanças e/ou autorização ao Município da Nazaré para consultar a situação da entidade requerente;

f) Declaração de não dívida à Segurança Social e/ou autorização ao Município da Nazaré para consultar a situação da entidade requerente;

g) Outros documentos que, sendo solicitados, comprovem a necessidade de atribuição do presente apoio.

2 — Em caso de dúvida sobre a veracidade das declarações apresentadas de rendimentos e despesas, poderão ser desenvolvidas diligências complementares que se considerem adequadas ao apuramento da situação.

3 — O Município reserva-se o direito de solicitar à Entidade a prestação de esclarecimentos ou a apresentação de documentos complementares que entendam necessários, ou se mostrem facilitadores de uma mais adequada e objetiva análise da candidatura.

Artigo 27.º

Fases e regras do apoio financeiro

1 — O apoio financeiro decorre de decisão da Câmara Municipal da Nazaré, sendo atribuído mediante a celebração de Protocolo, nos termos do qual as entidades beneficiárias se obrigam a manter a atividade desenvolvida, cujo comprometimento justificou a respetiva atribuição, por período não inferior a 1 ano.

2 — O apoio financeiro é efetuado através de transferência bancária ou cheque.

Artigo 28.º

Limites máximos do apoio financeiro extraordinário

1 — O apoio financeiro tem como limite o valor máximo 10.000 €, de acordo com os documentos apresentados e que legitimem as quebras financeiras decorrentes das situações previstas no presente Regulamento, e que coloquem em causa a manutenção da atividade desportiva do Clube, Coletividade e Associação.

2 — Não poderão receber o presente apoio se receberam, no mesmo ano e para o mesmo objeto e finalidade, outro apoio de entidades públicas ou privadas, que lhes proporcionem o desejável equilíbrio financeiro.

SECÇÃO III

Apoio às Coletividades e Associações Recreativas e Culturais

Artigo 29.º

Condições para atribuição de apoio financeiro

1 — Os pedidos de apoio formulados pelas Coletividades e Associações Recreativas e Culturais devem atender aos seguintes critérios cumulativos:

a) Desenvolver a sua atividade na área cultural e recreativa e com reconhecido interesse municipal;

b) No que se refere à gestão do seu orçamento anual, as Coletividades e Associações Recreativas e Culturais deverão apresentar, pelo menos, uma das seguintes situações:



I) Verificar-se uma redução dos fundos e receitas, devido às situações previstas no presente Regulamento; esta redução deverá ser consequência da diminuição do valor dos donativos, das receitas das atividades anuais, das quotizações ou participações dos associados, sendo que, o valor desta redução deverá ser de, pelo menos, 20 % face ao orçamento anterior;

II) Verificar-se a não realização das ações do Plano de Atividades, que deverá estar relacionada com as imposições legais e/ou estruturais decorrentes das situações previstas no presente Regulamento.

2 — Sempre que se mostre impossível apresentar o comprovativo referido no número anterior, deve ser apresentada declaração sob compromisso de honra.

Artigo 30.º

Critérios para a atribuição do apoio

Para requerer o apoio previsto no presente capítulo, as Coletividades e Associações Recreativas e Culturais deverão:

a) Ter os seus relatórios e contas devidamente aprovados ou na sua falta, por motivos inerentes à situação pandémica e de calamidade pública, declaração sob compromisso de honra do presidente da direção;

b) Não ter recebido, no mesmo ano e para o mesmo objeto e finalidade, qualquer outro apoio extraordinário de entidades públicas ou privadas;

c) As Coletividades e Associações Recreativas e Culturais só podem candidatar-se a este apoio, enquanto vigorarem as medidas excecionais, no âmbito das situações previstas no presente Regulamento.

Artigo 31.º

Apresentação e Instrução dos processos de candidatura

1 — Os processos de candidatura deverão, obrigatoriamente, ser entregues no Gabinete da Cultura, mediante o preenchimento de impresso próprio (Anexo V), disponibilizado no serviço supramencionado, ou no *site* do Município, www.cm-nazare.pt/formularios, devidamente preenchido e assinado pelos candidatos, sendo obrigatoriamente instruídos, sempre que aplicável, com os seguintes documentos:

a) Declaração do Presidente da Assembleia Geral da entidade requerente do número efetivo de associados;

b) Cópia do Relatório de Contas e do Relatório de Atividades referentes ao penúltimo ano anterior ao pedido de apoio, devidamente comprovados por um Técnico Oficial de Contas;

c) Cópia do Relatório de Contas e do Relatório de Atividades referentes ao último ano anterior ao pedido de apoio, devidamente comprovados por um Técnico Oficial de Contas;

d) Declaração de não dívida às Finanças e/ou autorização ao Município da Nazaré para consultar a situação da entidade requerente;

e) Declaração de não dívida à Segurança Social e/ou autorização ao Município da Nazaré para consultar a situação da entidade requerente;

f) Outros documentos que, sendo solicitados, comprovem a necessidade de atribuição do presente apoio.

2 — Em caso de dúvida sobre a veracidade das declarações apresentadas de rendimentos e despesas, poderão ser desenvolvidas diligências complementares que se considerem adequadas ao apuramento da situação.

3 — O Município reserva-se o direito de solicitar à Entidade a prestação de esclarecimentos ou a apresentação de documentos complementares que entendam necessários, ou se mostrem facilitadores de uma mais adequada e objetiva análise da candidatura.



Artigo 32.º

Fases e regras do apoio financeiro

1 — O apoio financeiro decorre de decisão da Câmara Municipal da Nazaré, sendo atribuído mediante a celebração de Protocolo, nos termos do qual as entidades beneficiárias se obrigam a manter a atividade desenvolvida, cujo comprometimento justificou a respetiva atribuição, por período não inferior a 1 ano;

2 — O apoio financeiro é efetuado por transferência bancária ou cheque.

Artigo 33.º

Limites máximos do apoio financeiro extraordinário

1 — O apoio financeiro tem como limite o valor máximo 5.000 €, de acordo com os documentos apresentados e que legitimem as quebras financeiras decorrentes das situações previstas no presente Regulamento, e que coloquem em causa a manutenção da atividade recreativa e cultural das Coletividades e Associações Recreativas e Culturais.

2 — Não poderão receber o presente apoio se receberam, no mesmo ano e para o mesmo objeto e finalidade, outro apoio de entidades públicas ou privadas, que lhes proporcionem o desejável equilíbrio financeiro.

CAPÍTULO IV

Disposições finais

Artigo 34.º

Falsas declarações

A prestação de falsas declarações implica a cessação imediata dos apoios económicos e a devolução dos valores recebidos, sem prejuízo da responsabilidade criminal, subjacente à prestação de falsas declarações por parte do/a beneficiário/a.

Artigo 35.º

Casos Omissos e Dúvidas

Casos omissos e dúvidas de interpretação, do presente Regulamento, são resolvidos por decisão do Presidente da Câmara Municipal ou do/a Vereador/a com poderes delegados para o efeito.

Artigo 36.º

Validade do Regulamento

O presente Regulamento aplicar-se-á até ao término dos regimes excecionais no âmbito das situações previstas no presente documento.

Artigo 37.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*.



3. SITUAÇÃO ECONÓMICA DA PESSOA REQUERENTE

| | RENDIMENTOS MENSAIS | DESPESAS MENSAIS |
|--|---|------------------|
| Rendimento do trabalho | € Renda/Prestação Casa/ condomínio | € |
| Pensão de Velhice | € Seguros Obrigatórios da Habitação | € |
| Pensão de Invalidez (PSI) | € Água | € |
| Pensão Social (PSI) | € Luz | € |
| Pensão de Sobrevivência | € Gás | € |
| Pensão de Alimentos | € Educação (refeições/CAA /Internet/outras) | € |
| Outras Pensões | € Mensalidades/Propinas E.Superior | € |
| C.S.I. | € Transportes Públicos | € |
| RSI | € Alimentação | € |
| Subsídio de Desemprego | € Equipamentos Sociais de apoio à Família (Creche/ERPI/ entre outros) | € |
| Subsídio de Doença | € Outros Encargos | € |
| Fundo de Garantia | € Total | € |
| Outros (bens imóveis, rendas temporárias ou vitalícias. | | |

4. TIPO DE APOIO PRETENDIDO

| COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS | MONTANTE | DOCUMENTOS COMPROVATIVOS | OBS. |
|--|----------|-----------------------------|------|
| Despesas relacionadas com habitação | € | | |
| Mensalidade nos equipamentos de apoio social | € | | |
| Aquisição de Medicamentos, meios complementares de diagnóstico, outras despesas de saúde | € | | |
| Despesas Educação | € | | |
| Despesas com alimentação e bens de primeira necessidade | € | | |
| Outros Apoios | € | | |
| Total | € | | |

5. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES



6. DOCUMENTOS A ENTREGAR

DOCUMENTOS (sempre que aplicável)

(Assinalar com X)

Formulário de Candidatura

Documento comprovativo de residência

Documento comprovativo de título de residência válido

Documento comprovativo da composição do agregado familiar

Documento comprovativo da alteração da situação socioeconómica decorrente da situação pandémica ou de calamidade pública

Documento comprovativo dos rendimentos ou subsídios auferidos, a qualquer título, referente aos últimos 2 meses

Documento comprovativo de inscrição no Serviço de Emprego /IEFP

Documento comprovativo dos encargos mensais, nomeadamente renda de casa ou prestação relativa a empréstimo bancário (nele se inclui seguro de vida, multirrisco e condomínios), água, luz, gás, medicamentos e frequência de equipamento para apoio na área da infância, idosos e deficiência, referente aos últimos 2 meses

Documento comprovativo de eventuais apoios concedidos por outras entidades para o mesmo fim a que se reporta a candidatura e respetivos valores, caso o apoio seja concedido sob a forma de prestação pecuniária

Declaração de Não Dívida às Finanças

Declaração de Não Dívida à Segurança Social

Declaração de autorização para verificação de não dívida às CMN/NQ/SMN

Declaração sob compromisso de honra de que não beneficia de outro apoio económico para o mesmo fim

Documento com indicação de IBAN

TRATAMENTO DE DADOS:

De acordo com as disposições constantes do Regulamento Geral da Proteção de Dados - Regulamento EU 2016/679, aceito e autorizo de forma explícita e informada que os meus dados sejam objeto de tratamento nos moldes legalmente admissíveis.

Data: ____/____/____

TERMO DE RESPONSABILIDADE:

Declaro tomar conhecimento e aceitar as condições do Regulamento Municipal de Emergência Social em Situações Pandémicas e de Calamidade Pública, assumindo por minha honra que as informações prestadas correspondem à verdade e que não beneficio de quaisquer apoios análogos, concedidos por outras entidades para os mesmos fins.

Pede Deferimento, ____ de ____ de ____

A Pessoa Requerente

A PREENCHER PELOS SERVIÇOS



RECIBO

Comprova-se que nesta data foi entregue a candidatura ao Regulamento Municipal de Emergência Social em Situações Pandémicas e de Calamidade Pública, referente à pessoa requerente

_____, com o n.º de processo ____/____.

Nazaré, ____ de ____ de ____

O/A FUNCIONÁRIO/A



3. SITUAÇÃO ECONÓMICA DO AGREGADO FAMILIAR

| RENDIMENTOS MENSAIS | | DESPESAS MENSAIS | |
|--|--------------------------|---|--------------------------|
| Rendimento do trabalho | <input type="checkbox"/> | Renda/Prestação Casa/condomínio | <input type="checkbox"/> |
| Pensão de Velhice | <input type="checkbox"/> | Seguros Obrigatórios da Habitação | <input type="checkbox"/> |
| Pensão de Invalidez (PSI) | <input type="checkbox"/> | Água | <input type="checkbox"/> |
| Pensão Social (PSI) | <input type="checkbox"/> | Luz | <input type="checkbox"/> |
| Pensão de Sobrevivência | <input type="checkbox"/> | Gás | <input type="checkbox"/> |
| Pensão de Alimentos | <input type="checkbox"/> | Educação (refeições/CAA/Internet/outros) | <input type="checkbox"/> |
| Outras Pensões | <input type="checkbox"/> | Mensalidades/Propinas E.Superior | <input type="checkbox"/> |
| C.S.I. | <input type="checkbox"/> | Transportes Públicos | <input type="checkbox"/> |
| RSI | <input type="checkbox"/> | Alimentação | <input type="checkbox"/> |
| Subsídio de Desemprego | <input type="checkbox"/> | Equipamentos Sociais de apoio à Família (Creche/ERPI/ entre outros) | <input type="checkbox"/> |
| Subsídio de Doença | <input type="checkbox"/> | Outros Encargos | <input type="checkbox"/> |
| Fundo de Garantia | <input type="checkbox"/> | | <input type="checkbox"/> |
| Outros (bens imobiliários, rendas temporárias ou vitalícias, etc...) | <input type="checkbox"/> | Total | <input type="checkbox"/> |

4. TIPO DE APOIO PRETENDIDO (Atividade Física/Desporto Federado)

| COMPARTICIPAÇÃO NAS DESPESAS | (Assinalar com X) | MONTANTE | DOCUMENTOS COMPROVATIVOS | OBS. |
|------------------------------|--------------------------|----------|--------------------------|------|
| Inscrição | <input type="checkbox"/> | € | | |
| 1.ª Via do Cartão | <input type="checkbox"/> | € | | |
| 2.ª Via do Cartão | <input type="checkbox"/> | € | | |
| Seguro | <input type="checkbox"/> | € | | |
| Mensalidade | <input type="checkbox"/> | € | | |
| Seguro Desportivo | <input type="checkbox"/> | € | | |
| Exame Médico Desportivo | <input type="checkbox"/> | € | | |
| Equipamento Desportivo | <input type="checkbox"/> | € | | |
| Total | | € | | |

5. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

| | | | | |
|--|------------|--------------------------|------------|--------------------------|
| É portador/a de Deficiência? | SIM | <input type="checkbox"/> | NÃO | <input type="checkbox"/> |
| Tem algum elemento do agregado familiar com mais de 65 anos? | SIM | <input type="checkbox"/> | NÃO | <input type="checkbox"/> |
| É família monoparental? | SIM | <input type="checkbox"/> | NÃO | <input type="checkbox"/> |
| Tem estatuto de Vítima de Violência Doméstica? | SIM | <input type="checkbox"/> | NÃO | <input type="checkbox"/> |
| É família Numerosa? | SIM | <input type="checkbox"/> | NÃO | <input type="checkbox"/> |

6. OBSERVAÇÕES:

| |
|--|
| |
|--|



7. DOCUMENTOS A ENTREGAR

DOCUMENTOS (sempre que aplicável)

(Assinalar com X)

- Formulário de Candidatura
- Apresentação do Documento de Identificação
- Apresentação do Número de Identificação Fiscal
- Declaração comprovativa do Escalão do Abono de Família

- Cópia do comprovativo a atestar a situação constante do n.º 5
- Documentos comprovativos da alteração dos rendimentos do agregado familiar, nos últimos 3 meses
- Documentos comprovativos dos apoios da Segurança Social: RSI, Pensão de Invalidez (PSI), Pensão de Sobrevivência, entre outros
- Comprovativo do Agregado Familiar mediante apresentação de documento emitido pela Junta de Freguesia da área de residência
- Declaração de Não Dívida às Finanças
- Declaração de Não Dívida à Segurança Social
- Declaração de autorização para verificação de não dívida às CMN/NQ/SMN
- Declaração emitida pela Entidade (Associação, Clube, Autarquia, entre outras) que prestará o serviço físico/desportivo, a comprovar a intenção da criança/jovem em frequentar a(s) atividade(s)/modalidade(s)
- Outros Documentos que, sendo solicitados, comprovem a necessidade de atribuição do presente apoio.

TRATAMENTO DE DADOS:

De acordo com as disposições constantes do Regulamento Geral da Proteção de Dados - Regulamento EU 2016/679, aceito e autorizo de forma explícita e informada que os meus dados sejam objeto de tratamento nos moldes legalmente admissíveis.
 Data: ____/____/____

TERMO DE RESPONSABILIDADE:

Declaro tomar conhecimento e aceitar as condições do Regulamento Municipal de Emergência Social em Situações Pandémicas e de Calamidade Pública, assumindo por minha honra que as informações prestadas correspondem à verdade e que não benefício de quaisquer apoios análogos, concedidos por outras entidades para os mesmos fins.

Pede Deferimento, _____ de _____ de _____

A Pessoa Requerente

A PREENCHER PELOS SERVIÇOS



Comprova-se que nesta data foi entregue a candidatura ao Regulamento Municipal de Emergência Social em Situações Pandémicas e de Calamidade Pública, referente à pessoa requerente

_____, com o n.º de processo _____

Nazaré, ____ de ____ de _____

O/A FUNCIONÁRIO/A



ANEXO III



NAZARÉ

FORMULÁRIO DE CANDIDATURA - Apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social e equiparadas

Processo N.º: ____/20__

Data: ____/____/____

Ex. mo Senhor Presidente da Câmara Municipal

1. DADOS DA IPSS OU EQUIPARADA:

IDENTIFICAÇÃO _____

DATA DE CONSTITUIÇÃO _____ NIPC _____

MORADA _____

CÓDIGO POSTAL _____ CONTACTO _____

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL _____ CARGO _____

ÁREA DE ATUAÇÃO: INFÂNCIA _____ IDOSOS _____ DEFICIÊNCIA _____

Eu, acima identificado, venho por este meio proceder à entrega da Candidatura ao Regulamento Municipal de Emergência Social em Situações Pandémicas e de Calamidade Pública, à tipologia de apoio _____, fornecendo os elementos necessários para a competente avaliação da situação.

O/A REPRESENTANTE DA IPSS OU EQUIPARADA

2. CONDIÇÕES PARA ATRIBUIÇÃO DO APOIO FINANCEIRO:

| | SIM | NÃO |
|--|-----|-----|
| Desenvolver a sua atividade nas áreas de intervenção social de reconhecido interesse municipal | | |
| Redução dos fundos e receitas anuais da instituição, devido às situações previstas no presente Regulamento; esta redução deverá ser consequência da diminuição do valor dos donativos, das quotizações de associados ou das comparticipações dos utentes, sendo que, o valor desta redução deverá ser de, pelo menos, 30% face ao orçamento anterior | | |
| Aumento excepcional na procura dos serviços prestados pela instituição; este aumento deverá estar relacionado com o agravamento de vida dos utentes ou destinatários, sendo que este aumento, deverá ser de, pelo menos, 30% face ao ano anterior | | |
| O pedido se destine à realização de pequenas obras, não estruturantes, urgentes e inadiáveis em equipamento social localizado no concelho da Nazaré | | |

3. CRITÉRIOS PARA ATRIBUIÇÃO DO APOIO:

| | SIM | NÃO |
|--|-----|-----|
| Ter os seus relatórios e contas devidamente aprovados, ou na sua falta, por motivos inerentes à situação pandémica e de calamidade pública, declaração sob compromisso de honra do presidente da direção | | |
| Demonstrar que o seu modelo de gestão financeira é adequado à atividade desenvolvida e que, em situação normal, é sustentável; | | |
| Não ter recebido, no mesmo ano e para o mesmo objeto e finalidade, qualquer outro apoio extraordinário de entidades públicas ou privadas | | |



4. DOCUMENTOS A ENTREGAR

DOCUMENTOS (sempre que aplicável)

(Assinalar com X)

- Formulário de candidatura
- Declaração do Presidente da Assembleia Geral da Entidade requerente do número efetivo de associados
- Cópia do Relatório de Contas e do Relatório de Atividades referentes ao penúltimo e último ano anteriores ao pedido do apoio, devidamente comprovados por um TDC
- Declaração de não dívida às Finanças e/ou autorização ao Município da Nazaré para consultar a situação da entidade requerente
- Declaração de não dívida à Segurança Social e/ou autorização ao Município da Nazaré para consultar a situação da entidade requerente
- Declaração de autorização para verificação de não dívida às CMN/NQ/SMN
- Outros documentos que, sendo solicitados, comprovem a necessidade de atribuição do presente apoio

TRATAMENTO DE DADOS:

De acordo com as disposições constantes do Regulamento Geral da Proteção de Dados - Regulamento EU 2016/679, aceito e autorizo de forma explícita e informada que os meus dados sejam objeto de tratamento nos moldes legalmente admissíveis.
 Data: ___/___/___

TERMO DE RESPONSABILIDADE:

Declaro tomar conhecimento e aceitar as condições do Regulamento Municipal de Emergência Social em Situações Pandémicas e de Calamidade Pública, assumindo por minha honra que as informações prestadas correspondem à verdade e que não benefício de quaisquer apoios análogos, concedidos por outras entidades para os mesmos fins.

Pede Deferimento, _____ de _____ de _____

O/A REPRESENTANTE DA IPSS OU EQUIPARADA

A PREENCHER PELOS SERVIÇOS



NAZARÉ

RECIBO

Comprova-se que nesta data foi entregue a candidatura ao Regulamento Municipal de Emergência Social em Situações Pandémicas e de Calamidade Pública, referente à IPSS ou Equiparada

_____, com o n.º de processo _____

Nazaré, _____ de _____ de _____

O/A FUNCIONÁRIO/A



ANEXO IV



NAZARÉ

**FORMULÁRIO DE CANDIDATURA -
Apoio aos Clubes, Coletividades e Associações
Desportivas**

Processo N.º: ____/20____

Data: ____/____/____

Ex. mo Senhor Presidente da Câmara Municipal

1. DADOS DO CLUBE/COLETIVIDADE/ ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA:

| | | | |
|-------------------------------------|------------|-----------------|------------|
| IDENTIFICAÇÃO | [REDACTED] | | |
| DATA DE CONSTITUIÇÃO | [REDACTED] | NIPC | [REDACTED] |
| MORADA | [REDACTED] | | |
| CÓDIGO POSTAL | [REDACTED] | CONTACTO | [REDACTED] |
| IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL | [REDACTED] | CARGO | [REDACTED] |
| MODALIDADE DESPORTIVA | [REDACTED] | | |

Eu, acima identificado, venho por este meio proceder à entrega da Candidatura ao Regulamento Municipal de Emergência Social em Situações Pandémicas e de Calamidade Pública, à tipologia de apoio _____, fornecendo os elementos necessários para a competente avaliação da situação.

**O/A REPRESENTANTE DO
CLUBE/COLETIVIDADE/ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA**

| | | |
|--|------------|------------|
| 2. CONDIÇÕES PARA ATRIBUIÇÃO DO APOIO FINANCEIRO: | SIM | NÃO |
| Desenvolver a sua atividade nas áreas do desporto e de reconhecido interesse municipal | [REDACTED] | [REDACTED] |
| Redução dos fundos e receitas anuais da instituição, devido às situações previstas no presente Regulamento; esta redução deverá ser consequência da diminuição do valor dos donativos, das quotizações de associadas ou das comparticipações dos utentes, sendo que, o valor desta redução deverá ser de, pelo menos, 20% face ao orçamento anterior | | |
| Verificar-se a inatividade dos escalões de formação, devido às normas impostas pelas Entidades competentes | | |

| | | |
|--|------------|------------|
| 3. CRITÉRIOS PARA ATRIBUIÇÃO DO APOIO: | SIM | NÃO |
| Ter os seus relatórios e contas devidamente aprovados, ou na sua falta, por motivos inerentes à situação pandémica e de calamidade pública, declaração sob compromisso de honra do presidente da direção | [REDACTED] | [REDACTED] |
| Demonstrar que o seu modelo de gestão financeira é adequado à atividade desenvolvida e que, em situação normal, é sustentável | | |



4. DOCUMENTOS A ENTREGAR

DOCUMENTOS (sempre que aplicável)

(Assinalar com X)

Formulário de candidatura

Declaração do Presidente da Assembleia Geral da Entidade requerente do número efetivo de associados

Declaração do Presidente da Direção da entidade requerente com o número efetivo de agentes desportivos envolvidos nas atividades - dirigentes, treinadores, atletas, entre outros;

Cópia do Relatório de Contas e do Relatório de Atividades referentes ao penúltimo e último anos anteriores ao pedido do apoio, devidamente comprovados por um TOC

Declaração de não dívida às Finanças e/ou autorização ao Município da Nazaré para consultar a situação da entidade requerente

Declaração de não dívida à Segurança Social e/ou autorização ao Município da Nazaré para consultar a situação da entidade requerente

Declaração de autorização para verificação de não dívida às CMN/NQ/SMN

Outros documentos que, sendo solicitados, comprovem a necessidade de atribuição do presente apoio

TRATAMENTO DE DADOS:

De acordo com as disposições constantes do Regulamento Geral da Proteção de Dados - Regulamento EU 2016/679, aceito e autorizo de forma explícita e informada que os meus dados sejam objeto de tratamento nos moldes legalmente admissíveis.

Data: ____/____/____

TERMO DE RESPONSABILIDADE:

Declaro tomar conhecimento e aceitar as condições do Regulamento Municipal de Emergência Social em Situações Pandémicas e de Calamidade Pública, assumindo por minha honra que as informações prestadas correspondem à verdade e que não benefício de quaisquer apoios análogos, concedidos por outras entidades para os mesmos fins.

Pede Deferimento, ____ de ____ de ____

O/A REPRESENTANTE DO CLUBE/COLETIVIDADE/ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA

A PREENCHER PELOS SERVIÇOS



NAZARÉ

RECIBO

Comprova-se que nesta data foi entregue a candidatura ao Regulamento Municipal de Emergência Social em Situações Pandémicas e de Calamidade Pública, referente ao Clube/Coletividade/Associação Desportiva

_____, com o n.º de processo ____/____.

Nazaré, ____ de ____ de ____

O/A FUNCIONÁRIO/A



ANEXO V



NAZARÉ

**FORMULÁRIO DE CANDIDATURA -
Apoio às Coletividades e Associações Recreativas e Culturais**

Processo N.º: ____/20____

Data: ____/____/____

Ex. mo Senhor Presidente da Câmara Municipal

1. DADOS DA COLETIVIDADE/ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL:

IDENTIFICAÇÃO _____

DATA DE CONSTITUIÇÃO _____ **NIPC** _____

MORADA _____

CÓDIGO POSTAL _____ **CONTACTO** _____

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL _____ **CARGO** _____

ATIVIDADE DESENVOLVIDA _____

Eu, acima identificado, venho por este meio proceder à entrega da Candidatura ao Regulamento Municipal de Emergência Social em Situações Pandémicas e de Calamidade Pública, à tipologia de apoio _____, fornecendo os elementos necessários para a competente avaliação da situação.

O/A REPRESENTANTE DA COLETIVIDADE/ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL.

2. CONDIÇÕES PARA ATRIBUIÇÃO DO APOIO FINANCEIRO:

SIM NÃO

Desenvolver a sua atividade na área cultural e recreativa de reconhecido interesse municipal

Redução dos fundos e receitas anuais da instituição, devido às situações previstas no presente Regulamento; esta redução deverá ser consequência da diminuição do valor dos donativos, das quotizações de associados ou das comparticipações dos utentes, sendo que, o valor desta redução deverá ser de, pelo menos, 20% face ao orçamento anterior

Verificar-se a não realização das ações do Plano de Atividades, que deverá estar relacionada com as imposições legais e/ou estruturais decorrentes das situações previstas no presente Regulamento

3. CRITÉRIOS PARA ATRIBUIÇÃO DO APOIO:

SIM NÃO

Ter os seus relatórios e contas devidamente aprovados, ou na sua falta, por motivos inerentes à situação pandémica e de calamidade pública, declaração sob compromisso de honra do presidente da direção

Demonstrar que o seu modelo de gestão financeira é adequado à atividade desenvolvida e que, em situação normal, é sustentável



4. DOCUMENTOS A ENTREGAR

DOCUMENTOS (sempre que aplicável)

(Assinalar com X)

Formulário de candidatura

Declaração do Presidente da Assembleia Geral da Entidade requerente do número efetivo de associados

Cópia do Relatório de Contas e do Relatório de Atividades referentes ao penúltimo e último ano anteriores ao pedido do apoio, devidamente comprovados por um TOC

Declaração de não dívida às Finanças e/ou autorização ao Município da Nazaré para consultar a situação da entidade requerente

Declaração de não dívida à Segurança Social e/ou autorização ao Município da Nazaré para consultar a situação da entidade requerente

Declaração de autorização para verificação de não dívida às CMN/NQ/SMN

Outros documentos que, sendo solicitados, comprovem a necessidade de atribuição do presente apoio

TRATAMENTO DE DADOS:

De acordo com as disposições constantes do Regulamento Geral da Proteção de Dados - Regulamento EU 2016/679, aceito e autorizo de forma explícita e informada que os meus dados sejam objeto de tratamento nos moldes legalmente admissíveis.

Data: ___/___/___

TERMO DE RESPONSABILIDADE:

Declaro tomar conhecimento e aceitar as condições do Regulamento Municipal de Emergência Social em Situações Pandémicas e de Calamidade Pública, assumindo por minha honra que as informações prestadas correspondem à verdade e que não benefício de quaisquer apoios análogos, concedidos por outras entidades para os mesmos fins.

Pede Deferimento, _____ de _____ de _____

O/A REPRESENTANTE DA COLETIVIDADE/ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL

A PREENCHER PELOS SERVIÇOS



NAZARÉ

RECIBO

Comprova-se que nesta data foi entregue a candidatura ao Regulamento Municipal de Emergência Social em Situações Pandémicas e de Calamidade Pública, referente à Coletividade/Associação Recreativa e Cultural

_____, com o n.º de processo _____

Nazaré, _____ de _____ de _____

O/A FUNCIONÁRIO/A

314169041